

Tempo de entrega: mobilizando capital privado em escala para as pessoas e o Planeta

Somos gratos aos nossos financiadores por seu apoio financeiro para a Impact Taskforce.



Conteúdo

PREFÁCIO	03
INTRODUÇÃO	05
1 RESUMO DE MENSAGENS-CHAVE	06
2 A MISSÃO DA IMPACT TASKFORCE	08
O Caso para Ação	08
Nossa Abordagem Recomendada	13
3 GRUPOS DE TRABALHO TÉCNICOS DA ITF	14
Grupo de Trabalho A: Transparência, Integridade e Harmonização para Impacto	14
Grupo de Trabalho B: Instrumentos e Políticas para Financiar os ODSs e uma Transição Justa	18
4 PRÓXIMOS PASSOS	23
AGRADECIMENTOS	25
ABREVIACÕES E ACRÔNIMOS	26
DEFINIÇÕES-CHAVE	27

PREFÁCIO

Tempo de entrega



**O Exmo.
Nick Hurd**
Presidente, Impact
Taskforce

Somos uma força-tarefa que foi convidada pela Presidência do G7 para ajudar a responder a uma pergunta crítica para o nosso tempo: "Como podemos acelerar o volume e a eficácia do capital privado buscando um impacto social e ambiental positivo?".

Não é uma pergunta nova, mas a urgência do contexto exige uma resposta mais eficaz do que já vimos no passado. À medida que os perigos se tornam mais claros e mais presentes, os líderes dos setores público e privado assumiram uma série de compromissos de alto nível e de longo prazo para a mudança. Para que a confiança e a esperança sejam perenes, a lacuna entre a retórica e a entrega precisa diminuir visivelmente durante essa crítica próxima década. Nunca haverá dinheiro público suficiente e, portanto, a mobilização de capital privado e a inovação para o bem público é fundamental para a missão. Dados os riscos muito perigosos ligados à falta de entrega, exigimos um esforço mais conspícuo e coordenado para alinhar interesses e alcançar esta mobilização. Isto não pode ser deixado apenas aos mercados privados: o capital público, a política e a regulamentação serão os principais viabilizadores. O mundo dos negócios e da política precisam um do outro mais do que nunca. Isto precisa ser refletido na estruturação de redes para acelerar o fluxo de investimento para onde ele possa ter o impacto mais positivo. Uma rede de líderes do G7, reguladores, executivos empresariais, investidores e organizações não-governamentais estão posicionados de forma única para realizar esta tarefa.

Há capital privado mais do que suficiente para preencher a lacuna de financiamento, e os tomadores de decisão dos investimentos estão se tornando cada vez mais conscientes dos riscos sociais e ambientais. Temos fortes ventos desafiando a inércia do sistema, alinhando interesses e movendo grandes bolsos de investimento institucional *mainstream* para ser uma parte mais visível da solução. Isto exigirá continuados compromisso e aceitação da necessidade de trabalhar de forma menos fragmentada e desenvolver novos modelos de parceria.

Temos sido muito conscientes da necessidade de agregar valor a vários diálogos em andamento e evitar a reinvenção da roda.

Com uma vida útil ativa de apenas quatro meses, limitamos nosso escopo de trabalho a propor caminhos acionáveis para acelerar a mudança em duas áreas importantes. O primeiro caminho transformará a qualidade e a transparência das informações sobre o impacto das decisões de investimento. O segundo mobilizará mais capital institucional para um impacto positivo, especialmente nos mercados emergentes através de instrumentos que integram objetivos sociais e ambientais em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e uma transição justa que não deixe pessoas e lugares para trás. Nossas recomendações buscam encontrar o equilíbrio certo entre pragmatismo e adaptabilidade em um ambiente de rápidas mudanças, onde os criadores de regras correm o risco de estar desfasados do que é possível e necessário.

O extraordinário nível de engajamento de nossos membros e outros *stakeholders* fala da ressonância das questões que pretendemos abordar, que vão ao cerne do que será o sucesso empresarial e de investimento no futuro. Sou muito grato a todos que contribuíram para nosso trabalho, desde os membros de nossos grupos técnicos de trabalho e do Comitê de Direção da ITF, ao nosso patrocinador, o Impact Programme do FCDO do Governo Britânico, e aos nossos generosos apoiadores, incluindo a Fundação William e Flora Hewlett, a Fundação EQT e o BNP Paribas. Este trabalho não teria sido possível sem sua paixão, profissionalismo e compromisso.

Sucesso não é a publicação deste relatório ou dos relatórios técnicos que o acompanham. Os próximos passos neste momento crítico são o envolvimento dos tomadores de decisão em torno de nossas recomendações específicas e a obtenção de um compromisso sustentado com a mobilização de capital privado para o bem público.

O Exmo. Nick Hurd
Presidente, Impact Taskforce

O financiamento de um mundo melhor requer transparência, integridade e harmonização de impacto



Douglas L. Peterson
Presidente,
ITF
Grupo de
Trabalho A

Investidores institucionais, líderes de empresas, autoridades governamentais e outros participantes do mercado chegaram a uma encruzilhada. Estamos a uma década do prazo para alcançar os ODSs. No entanto, o ritmo, o volume e a eficácia das ações necessárias são insuficientes para atingir as ambições da ONU ou para produzir impactos sociais e ambientais positivos de forma mais ampla.

Há boas notícias, no entanto. O capital necessário está pronto, disposto e capaz de ser mobilizado. O desafio é preparar as bases necessárias para que este financiamento flua. Em nossa opinião, muito mais transparência, normas de divulgação harmonizadas e melhores dados para a tomada de decisões são os elementos fundamentais necessários.

O estabelecimento de padrões globalmente consistentes para medir, valorizar e contabilizar o impacto exigirá novos níveis de cooperação entre os setores público e privado.

O momento é agora. Em novembro de 2021, a Fundação Internacional de Padrões de

Relatoria Financeira (IFRS, na sigla em inglês) anunciou a formação de um novo Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB) para servir como uma linha de base global de padrões de divulgação de relatórios sustentabilidade de alta qualidade. O Grupo de Trabalho A saúda esta notícia e chama as partes interessadas a desenvolver este esforço. Estabelecemos recomendações específicas para fazer exatamente isso. Ao nos concentrarmos em alguns passos como a melhoria das divulgações necessárias; contabilidade, auditoria e seguro e construir uma infraestrutura de dados segura e interoperável, podemos alcançar nosso destino desejado de contabilidade obrigatória para o impacto das empresas e investidores.

Douglas L. Peterson
Presidente e CEO, Presidente
global S&P, ITF 'Grupo de
Trabalho A'

Precisamos de mais oportunidades para que o capital tradicional contribua para uma transição justa



D. Elizabeth Corley
Presidente,
ITF
Grupo de
Trabalho B

O impulso atual por trás do movimento de capital em direção ao impacto deve ser acelerado se quisermos alcançar uma transição para um mundo Net Zero no qual ninguém é deixado para trás.

A demanda para investir em impacto está crescendo; as promessas são abundantes, mas a mobilização real de capital ainda é muito lenta. O desafio continua sendo mobilizar mais capital 'tradicional' de forma a respeitar as responsabilidades dos proprietários e gestores de ativos em relação a seus clientes.

Alocações a estratégias com objetivos ambientais e sociais integrados não apenas mitigam os riscos, mas também expandem o potencial de retornos financeiros positivos.

Entretanto, também precisamos de soluções que ultrapassem as fronteiras de investimento do capital privado que trabalha sozinho. A resposta é combinar múltiplas fontes de financiamento - de governos, agências multinacionais de desenvolvimento, filantropos e do setor privado - juntamente com múltiplos instrumentos financeiros.

Nosso trabalho destaca exemplos de ferramentas testadas que já estão sendo aplicadas para mesclar diferentes tipos de capital, cujo uso deve ser expandido.

Como o financiamento climático tem galvanizado a atenção, está surgindo um consenso crescente de que um único foco nas questões ambientais é insuficiente e que enfrentar as consequências socioeconômicas da mudança climática será essencial para alcançar Net Zero. Portanto, é necessária uma abordagem baseada nos princípios de uma transição justa, focada em nosso Planeta e seu povo.

Apresentamos os globalmente integrados Elementos de Transição Justa: Ação Climática e Ambiental; Distribuição Socioeconômica e Equidade; e Voz das Comunidades. Juntos, estes elementos asseguram que o capital contribua significativamente para uma transição resiliente e sustentável para um mundo Net Zero.

D. Elizabeth Corley
Presidente, IITF, 'Grupo de
Trabalho B'

Introdução

Este relatório fornece as conclusões resumidas da Impact Taskforce (Força-tarefa de Impacto - ITF). Ele apresenta o caso para uma ação urgente, fornece recomendações de ações e estabelece um caminho claro sobre como o capital privado pode ser mobilizado em escala em apoio às principais metas globais de desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

Criada em julho de 2021, a ITF foi criada para contribuir na prática para promover economias e sociedades sustentáveis e de impacto em todo o mundo, abordando duas questões centrais: "*Como podemos acelerar o volume e a eficácia do capital privado buscando ter um impacto social e ambiental positivo*" e "*Como podemos garantir que essa mobilização tenha um impacto real e não deixe pessoas e lugares para trás*"?

COMPOSIÇÃO

A Força-Tarefa reúne 120 membros e um número ainda maior de especialistas de todos os setores, representando cerca de 40 países. Sua governança e estrutura operacional permitem uma estreita coordenação com outros grupos de trabalho relevantes no G7, no G20 e outros. Sua governança está no secretariado do Global Steering Group for Impact Investment (GSG) e conta com o apoio do Conselho Consultivo Nacional (NAB, na sigla em inglês) do GSG do Reino Unido, o Impact Investing Institute (III). Ela também recebe contribuições da rede de NABs nacionais e regionais do GSG, que abrange 33 países.¹

PRIORIDADES TEMÁTICAS

A ITF optou por examinar dois temas muito específicos que representam os principais viabilizadores de escala. Estes foram examinados por dois Grupos de Trabalho técnicos, liderados pela S&P Global e pelo GSG (Grupo de Trabalho A), e o III (Grupo de Trabalho B):

Grupo de Trabalho A: Transparência, Integridade e Harmonização para Impacto

O primeiro Grupo de Trabalho abordou as questões de transparência de impacto, harmonização global de normas e mecanismos para garantir a integridade dos dados, análise e governança.

Grupo de Trabalho B: instrumentos e Políticas para financiar os ODSs e uma transição justa

O segundo Grupo de Trabalho concentrou-se em mecanismos para alinhar os instrumentos de investimento entre classes de ativos em apoio à transição para um futuro equitativo e sustentável

PRODUTOS

Além deste relatório final, os dois grupos da ITF produziram documentos técnicos que mostram, na íntegra, a análise e recomendações associadas para cada uma das prioridades temáticas descritas acima. Estes e outros recursos podem ser acessados no site da ITF: www.impact-taskforce.com

PÚBLICO

Os produtos e recomendações da ITF são direcionados tanto para os *stakeholders* do setor público quanto do privado. Primeiramente, nossas conclusões falam aos tomadores de decisão e reguladores nos estados membros do G7 e nos países convidados do G7 de 2021 que são os melhores posicionados para agir: a saber, Chefes de Estado e de Governo, Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Ministros das Finanças, Governadores dos Bancos Centrais e Instituições Financeiras de Desenvolvimento. Além disso, e dada a natureza industrial da ITF e as áreas técnicas que ela abrange, as conclusões e recomendações do relatório também são direcionadas a um conjunto mais amplo de partes interessadas que incluem reguladores do mercado de capitais, administradores de ativos, proprietários de ativos, empresas, NABs que atuam em investimento de impacto e critérios ambiental, social e de governança (ESG) e investidores de impacto, entre outros.

HISTÓRICO

Presidência do Reino Unido do G7 em 2021

O governo do Reino Unido aproveitou a oportunidade de sua presidência do G7 em 2021 para nomear a ITF, independente e liderada pela indústria, para promover economias e sociedades de impacto a longo prazo.

Países convidados do G7 em 2021

O Reino Unido adicionou a Austrália, Índia, África do Sul e Coreia do Sul como países convidados do G7 em 2021.

Força-tarefa de Investimento de Impacto Social (SIIT)

A ITF se baseia no trabalho do SIIT, que foi criado pelo governo britânico durante sua presidência do G8 em junho de 2013 e publicou suas conclusões em setembro de 2014.

¹ Veja: "The Global Steering Group for Impact Investment": www.gsgii.org

1

Resumo de mensagens-chave

Responder à urgência do contexto atual

A necessidade urgente de estreitar a lacuna entre retórica e entrega

Estamos a apenas oito anos de 2030 e em um momento de importante responsabilidade global. A atual geração de líderes políticos e empresariais deve agora assumir o desafio de evidenciar o ímpeto na concretização dos compromissos de longo prazo com a ação climática, os objetivos globais e a construção de um mundo melhor. Os riscos ligados ao fracasso da entrega são extremamente perigosos.

O papel crítico do capital privado e das empresas

Nunca haverá dinheiro público suficiente para atingir os objetivos. Orçamentos públicos limitados significam que a mobilização da iniciativa privada, a inovação e o capital em apoio ao impacto social e ambiental positivo é uma missão crítica. O capital privado está disponível em abundância. O desafio está em criar as condições para que ele flua com urgência, escala e integridade em oportunidades de investimento que reflitam o apetite e as tolerâncias de risco e retorno dos investidores, ao mesmo tempo em que tenha um impacto positivo sobre o esforço público para enfrentar nossos desafios.

Os desafios não devem ser subestimados

Este imperativo de mobilizar capital em escala para o bem público não é um novo desafio. O fracasso histórico de ter mais progresso é testemunho da forte inércia do sistema. O sucesso requer um esforço concertado de diferentes partes interessadas em apoio a formas acionáveis de realizar mudanças sistêmicas. Isto não é apenas para os mercados privados: o investimento público e a política também têm um papel crítico a desempenhar.

Temos uma janela de oportunidade

O atual contexto crítico permite e exige que pensemos e atuemos de maneiras que teriam sido inimagináveis há apenas alguns anos. Os defensores da reforma podem confiar em dois poderosos ventos de mudança. O primeiro é a mudança nos valores sociais dos consumidores, talentos e investidores, que já está influenciando o comportamento corporativo. O segundo são os enormes saltos na tecnologia digital, que estão criando oportunidades para entregar e medir os impactos sociais e ambientais de formas que antes eram inconcebíveis. Estes ventos encorajaram os líderes de diferentes setores a construir um efeito de demonstração cada vez mais poderoso para influenciar outros.

Caminhos de ação para acelerar a mudança

A ITF escolheu o foco na oferta de caminhos de ação para:

A Transformar a qualidade e transparência da informação sobre impacto

As decisões de investimento estão sendo tomadas hoje com informações inadequadas sobre seu impacto social e ambiental. O que não medimos, não administramos. Portanto, precisamos agir com urgência para transformar a qualidade e a utilidade das informações sobre o impacto disponíveis para os tomadores de decisão sobre investimentos, bem como aqueles que os têm de prestar contas. Melhores informações devem levar a melhores decisões e, portanto, serem vistas como uma ferramenta de gestão vital pelas empresas. Alavancar o poder da transparência do impacto é a chave para mudar

o comportamento e trabalhar para um futuro no qual as decisões de investimento, por parte de empresas e investidores institucionais, sejam cada vez mais tomadas através da lente tripla de risco, retorno e impacto.

B Mobilizar mais capital institucional na busca do impacto positivo

Concentramo-nos na oportunidade de aumentar o uso de instrumentos e ferramentas comprovados e novos que podem endereçar barreiras reais para o fluxo de capital privado, especialmente em economias emergentes e mercados fronteiriços que têm potencial de impacto. Precisamos quebrar as fronteiras que estão se formando entre objetivos ambientais e sociais. Em vez disso, o G7 e seus parceiros deveriam estar encorajando um compromisso institucional visível para uma transição justa que não deixa pessoas e lugares para trás - prestando especial atenção a segmentos das sociedades que estão tipicamente sub-representados e discriminados por, entre

outros fatores, sua posição econômica, raça ou gênero. Tal transição, por sua vez, precisa de uma melhor definição. Assim, procuramos demonstrar como se parece bom um caminho em direção a um conjunto expandido de instrumentos e mecanismos apropriados para investidores institucionais, e a integração de objetivos sociais e ambientais em apoio a uma transição justa, especialmente em economias emergentes.

Mensagens-chave dos nosso Grupos de Trabalho técnicos:

GRUPO DE TRABALHO A

- 1 Há um forte apoio aos esforços do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade da Fundação Internacional para Padrões de Relatoria Financeira (IFRS-ISSB) para criar uma "linha de base" global de relatórios sobre o impacto relacionado ao valor da empresa. A Impact Taskforce (ITF) chama os governos a apoiarem e participarem das próximas consultas,** assegurando que o ISSB: tenha um modelo de governança inclusivo; equilibre as questões sociais e ambientais; reconheça e reflita as realidades tanto das economias emergentes como das desenvolvidas; ativamente envolva pequenas e médias empresas (PMEs) ao longo da cadeia de valor; e seja rapidamente seguido por um regime de garantia para todos os dados relevantes ao valor do negócio para as empresas públicas.
- 2 A ITF também conclama o desenvolvimento urgente desse relatório de base** para incluir quaisquer impactos sobre as partes interessadas que a linha de base não aborde. Isto pode acontecer por meio de mudanças na constituição da empresa e no escopo dos deveres dos diretores, declarações voluntárias e obrigatórias, e evolução das normas contábeis e de garantia para cobrir todos os dados de impacto, e não apenas os dados relacionados ao valor da empresa. Criticamente, os governos podem exigir que as declarações sobre o impacto revelem as limitações, as fronteiras e as suposições que as sustentam, e qualquer base para decidir o que é material.
- 3 Acreditamos que a transparência do impacto é uma poderosa alavanca para a mudança.** As decisões de investimento estão sendo tomadas hoje com informações incompletas. Deveríamos estar trabalhando para um mundo no qual tais decisões sejam completamente informadas pelo risco, retorno e impacto. Por esta razão, **a ITF conclama urgentemente pela contabilidade de impacto obrigatória como um objetivo**, enfatizando que a jornada rumo a este objetivo deve ser sustentada por maior transparência, padrões globais harmonizados e mecanismos fortes para garantir a integridade dos dados e análises.
- 4 A ITF recomenda que os países e parceiros do G7 colaborem com o setor privado, com avaliadores e com o meio acadêmico em abordagens para avaliação de impacto.** Este trabalho é necessário para aprofundar nossa compreensão de como valorizar o impacto de uma forma que permita uma comparação significativa dos impactos e lucros das empresas, ao mesmo tempo em que revela a relação entre os dois. Conforme as metodologias melhoram e as exigências dos investidores evoluem nos próximos anos, os avaliadores precisam estar em posição de avaliar diferentes abordagens de avaliação de impacto em escala. Isso é consistente com a abordagem "criar a base e desenvolver" que defendemos.

GRUPO DE TRABALHO B

- 5 Movimento urgente e coordenado liderado pelo G7 para remover múltiplas barreiras externas e internas que atualmente limitam o fluxo de capital transformacional dos investidores institucionais, particularmente para economias emergentes e de fronteira.** Isto deve ser feito em conjunto com todos os atores financeiros relevantes em mercados desenvolvidos e emergentes e outros líderes em todo o mundo. Também deve incluir a mobilização de bolsos de capital doméstico para trabalhar juntamente com fontes internacionais de financiamento. O Grupo de Trabalho B chama todos os atores do sistema financeiro para que trabalhem em conjunto e em movimento coordenado, para que haja qualquer perspectiva de alcançar as ODS até 2030.
- 6 Amplo reconhecimento da necessidade de integração de fatores ambientais e sociais para conduzir uma transição inclusiva, justa e equitativa** que evite que as populações pobres ou desfavorecidas fiquem em pior situação. Para conduzir o alinhamento entre atores públicos e privados, e para assegurar que mais capital seja significativamente direcionado para uma transição justa, introduzimos três pontos que integram os elementos críticos motores de uma transição justa: avançar a Ação Climática e Ambiental; melhorar a Distribuição Socioeconômica e Equidade; e aumentar da Voz das Comunidades. Estes Elementos para Transição Justa são aplicáveis em todas as geografias, setores, investimentos e políticas.
- 7 Apoio à mobilização de capital, reforçando o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e das instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs),** particularmente aqueles dos quais os membros do G7 são acionistas, e mais ativamente utilizando uma gama de ferramentas e instrumentos comprovados. A mobilização pode ser reforçada ainda mais através da melhoria das estruturas regulatórias para investimentos sustentáveis que atualmente limitam sua implantação. Os instrumentos e ferramentas existentes, muitas vezes combinados através de blended finance, podem ajudar a superar as barreiras enfrentadas pelos proprietários e gestores de ativos. O relatório completo do Grupo de Trabalho B fornece exemplos em todas as classes de ativos de mobilização de capital em escala e apela para sua maior implantação.
- 8 Expansão de capacidades e aumento da transparência para apoiar a distribuição de fundos para pessoas e lugares** de maior necessidade e oportunidade. Os BMDs e IFDs têm muito mais potencial para utilizar sua posição no mercado, suas redes e sua experiência para acelerar e expandir a mobilização de investidores institucionais. Isto se combina com sua capacidade de gerar pipelines de investimento, fornecer suporte de diminuição de risco, como capital subordinado ou garantias, e compartilhar anos de dados de desempenho relevantes. Ao mesmo tempo, chamamos os proprietários e gestores de ativos a aumentar sua consciência e capacidade de se engajar nas novas oportunidades criadas.

2

A missão da Impact Taskforce

O caso para a ação (“Por que”)

O tempo está se esgotando. Precisamos reduzir a lacuna entre a retórica e a entrega para assegurar a transição para um futuro equitativo e sustentável. Acelerar o fluxo de capital privado para o bem público em escala e com integridade é uma missão crítica. A política pública e o capital têm um papel crucial a desempenhar. A entrega requer liderança sustentada e novos modelos de parceria público-privada, e o G7 está em uma posição única para os fomentar e incentivar.

O mundo de hoje está em um ponto crítico de inflexão. Nosso modelo global para gerar prosperidade é agora severamente desafiado pelos riscos crescentes da mudança climática, da perda da biodiversidade e do aumento da desigualdade dentro e entre países. A Covid-19 ampliou o fosso da pobreza, ao mesmo tempo em que nos alertou para a fragilidade de nossos sistemas existentes e a necessidade de investir em resiliência e inclusão. Mais positivamente, as respostas globais à pandemia revelaram nossa capacidade coletiva de pensar e agir de novas maneiras em situações de desafio.

Os líderes políticos e do setor privado em todo o mundo responderam às crises de hoje com uma série de compromissos de longo prazo. Entre estes, destacam-se os compromissos de carbono Net Zero que agora cobrem 90% da economia global, os compromissos para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 e a Build Back Better World Initiative (Iniciativa para Construir um Mundo Melhor, da sigla em inglês, B3W).² Como resultado do Pacto Climático de Glasgow que emergiu da COP26, os próximos 12 meses devem ver níveis mais altos de ambição climática.³ Isto deve aumentar nossas chances de uma trajetória para limitar o aquecimento a 1,5°C. Agora, o desafio é demonstrar entrega real no que é reconhecido como sendo uma década absolutamente crítica.

A lacuna gritante entre a retórica e a entrega não só alimenta o ceticismo do público, mas também leva os riscos existentes a crescer em tamanho e severidade.⁴ Os riscos econômicos, sociais, políticos e ambientais ligados ao fracasso da entrega são potencialmente catastróficos. Isto é particularmente verdadeiro para os efeitos da crise climática em

países em desenvolvimento,⁵ os quais, como foi explicitamente citado no comunicado do G7 de Carbis Bay, “não podem ser deixados para trás”.⁶

As promessas recentes são bem-recebidas, mas agora é o momento de passar de declarações bem-intencionadas para a implementação no mundo real. A entrega das promessas de Net Zero **exigirá uma mudança sistêmica na maioria dos sistemas econômicos globais dos quais dependemos, incluindo o sistema de alocação de capital.** Este processo criará vencedores e perdedores. Estes últimos incluirão investidores que ficarão com ativos que estão enclalhados por regulamentação ou ruptura tecnológica. Haverá também um desafio político significativo em ajudar as pessoas a administrar a mudança e sustentar seu apoio. A COP26 demonstrou quanto mais trabalho precisa ser feito para construir a confiança entre o Norte e o Sul Global, o que é essencial para uma recuperação equitativa da Covid-19 e uma transição justa e global para o Net Zero. O processo de entrega tem que reconhecer, como faz o Pacto Climático de Glasgow, a “necessidade de assegurar transições justas que promovam o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, e a criação de trabalho decente”. Apesar do compromisso de acesso à energia para todos (ODS 7), ainda compartilhamos um mundo no qual quase um bilhão de pessoas não tem acesso à eletricidade e a oportunidade que ela traz, e no qual quatro milhões de pessoas por ano morrem prematuramente de doenças atribuíveis à poluição doméstica causada pelo uso ineficiente de combustíveis sólidos e querosene para cozinhar.⁷ Além disso, apesar de nosso compromisso com as Cidades Inclusivas e Sustentáveis (ODS 11), mais de um bilhão de pessoas vivem em favelas e

² The White House (2021): “FACT SHEET: President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership”; <https://bit.ly/3reb154>

³ UNFCCC, Conferência das Partes em nome da Reunião das Partes para o Acordo de Paris (2021): “Glasgow Climate Pact”; <https://bit.ly/3oxpdmS>

⁴ O resultado da inação dará origem a múltiplos riscos, incluindo os de natureza econômica (perdas relacionadas ao clima, ativos enclalhados, produtividade reduzida), social (aumento da desigualdade, deterioração dos indicadores de desenvolvimento, migração em massa), ambiental (instabilidade climática perigosa, vulnerabilidades dos ecossistemas) e política (agitação social, protecionismo, enfraquecimento da democracia).

⁵ Até 132 milhões de pessoas, principalmente da África Subsaariana, poderiam ser levadas à pobreza extrema até 2030 se não forem tomadas medidas rápidas para evitar a mudança climática. Veja: Arga Jafino, B., B. Walsh, J. Rozenberg, and S. Hallegatte. (2020). “Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030”. Policy research Working Paper 9417; <https://bit.ly/3qLMxji>

⁶ Veja: The White House (2021): “Carbis Bay G7 Summit Communiqué”; <https://bit.ly/3wPBcQr>

⁷ OMS (2021): “Household air pollution and health”; <https://bit.ly/3cR7C3N>

assentamentos informais sem acesso a serviços básicos, como o esgoto e a água potável.⁸ Em resumo, não podemos desconectar o social do ambiental se quisermos levar as pessoas conosco e manter a vontade política de que o investimento a longo prazo na transição exige.

A entrega dos ODSs e a necessária transição justa para o Net Zero não acontecerá sem o pleno engajamento da empresa privada, sustentado pela inovação e pelo capital fornecido ao custo correto.

As exigências de investimento são imensas e bem documentadas. De acordo com a Agência Internacional de Energia, estima-se que serão necessários 4 trilhões de dólares em investimentos de energia limpa a cada ano entre agora e 2050 para manter o aquecimento global dentro de 1,5°C.⁹ Em um estudo divulgado em 2019, o Fundo Monetário Internacional estimou que são necessários mais 2,1 trilhões de dólares por ano para atender aos ODS em cinco áreas prioritárias (educação, saúde, estradas, eletricidade e água e saneamento), somente nos mercados emergentes.¹⁰

Nunca haverá dinheiro público suficiente para resolver estes desafios, especialmente nas economias emergentes, onde o espaço fiscal foi reduzido ainda mais pela Covid-19. O Quênia, estima que necessita de 62 bilhões de dólares anuais para implementar suas Contribuições Nacionais Determinadas pelo Clima; seus próprios recursos públicos têm capacidade para cobrir apenas 13% deste número.¹¹

Os mercados financeiros globais representam uma alavanca extremamente poderosa - até agora subutilizada - para as mudanças sistêmicas que precisamos ver. Aproveitar esse poder em escala através de processos que priorizam a integridade e a inclusão agora parece ser uma missão crítica. A necessidade de alinhar as políticas públicas e alavancar o capital público em apoio a esta missão nunca foi tão importante. Em estreita aliança com o G20 (em particular através de seu Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis), o G7 está em melhor posição para proporcionar a liderança e a coordenação necessárias.

A oportunidade de mobilizar capital privado para o bem público em uma escala sem precedentes é real. O problema não é principalmente o fornecimento de dinheiro. Há muito capital privado disponível, com os ativos no mundo com potencial de investimento estimados em cerca de 250 trilhões de dólares.¹²

Também estamos vendo um verdadeiro impulso em resposta ao crescimento da pressão social e regulatória para que os mercados de capitais deem maior destaque às questões ambientais, sociais e de governança (ESG, da sigla em inglês).

Na recente cúpula da COP26, entretanto, mais de 450 instituições financeiras privadas com mais de \$130 trilhões de ativos sob gestão (AUM, da sigla em inglês) assinaram a Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (GFANZ) para ajudar a transformar a economia para um futuro Net Zero.¹³ Exemplos semelhantes são cada vez mais abundantes. Os Princípios para Investimentos Responsáveis (PRI – Principles for Responsible Investment) agora conta com mais de 120 trilhões de dólares de AUM, por exemplo. Da mesma forma, mais de 60 investidores institucionais representando 10 trilhões de dólares de AUM uniram-se recentemente sob a bandeira da Aliança de Proprietários de Ativos Net Zero, convocada pela ONU.¹⁴ Ilustrativa desta tendência é a decisão de muitos fundos de pensão ocupacional do Reino Unido de adotar metas voluntárias Net Zero.¹⁵

O mercado de ESG está se expandindo rapidamente. Globalmente, mais de um quarto de todos os ativos sob gestão - cerca de 35,3 trilhões de dólares - estão agora vinculados a pelo menos um critério ESG (com o setor projetado para atingir mais de 50 trilhões de dólares até 2025).¹⁶ Este movimento contém um espectro de ambição das políticas de investimento que se contentam em reduzir o risco e fazem menos danos ("investimento responsável") até as oportunidades de investir proativamente para um impacto positivo ("investimento sustentável").

Há uma clara oportunidade de agregar ao rápido crescimento de critérios ESG e criar as condições para que mais desse capital seja aplicado intencionalmente em favor de empresas que tenham impactos sociais ou ambientais positivos (ou seja, concentrando-se no "o que" as empresas fazem e não apenas no "como" elas se comportam). Este mandato de investir explicitamente para um impacto mais positivo recai sobre um subgrupo do setor de investimento sustentável conhecido como "investimento de impacto".¹⁷ Os investidores de impacto utilizam intencionalmente ferramentas de medição para maximizar resultados positivos

⁸ ONU (2018): "Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable"; <https://bit.ly/3CUTkd3>

⁹ IEA (2021): "World Energy Outlook 2021 shows a new energy economy is emerging – but not yet quickly enough to reach net zero by 2050"; <https://bit.ly/3nkyiQn>

¹⁰ FMI (2019): "Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical Investments for the SDGs"; <https://bit.ly/3HufwOw>

¹¹ FSD Kenya (2021): "A Snapshot of FSD Kenya's Intended Work in Green Finance"; <https://bit.ly/3CqNgCx>

¹² BCG (2021): "Global Wealth 2021: When Clients Take the Lead"; <https://on.bcg.com/3kDkplH>

¹³ Veja: GFANZ (2021): "Amount of finance committed to achieving 1.5°C now at scale needed to deliver the transition"; <https://bit.ly/3chx02w>

¹⁴ Os membros da Aliança de Proprietários de Ativos Net Zero se comprometem a fazer a transição de suas carteiras de investimento para emissões de gases de efeito estufa Net-Zero até 2050. Veja: <https://www.unepfi.org/net-zero-alliance/>

¹⁵ Estima-se que 85% dos investidores em pensão de contribuição definida no Reino Unido estão agora em projetos alinhados com o Acordo de Paris. Veja: Departamento de Trabalho e Pensões do Governo Britânico (2021) "Climate and investment reporting: setting expectations and empowering savers"; <https://bit.ly/3qLqjBw> Nota: vários esquemas de pensão também são signatários do Net Zero Investment Framework, lançado pelo Institutional Investors Group on Climate Change em março de 2021. Veja: <https://bit.ly/328avuX>

¹⁶ Global Sustainable Investment Alliance (2021): "Global Sustainable Investment Review 2020"; <https://bit.ly/3HtSveP>

¹⁷ Veja: B20 Itália 2021 (2021): "Finance and Infrastructure Policy Paper"; <https://bit.ly/326Nxo1>

para as pessoas e para o Planeta. De acordo com a Corporação Financeira Internacional, cerca de 2,3 trilhões de dólares de ativos têm a intenção de causar impacto, dos quais 636 bilhões de dólares têm clara gestão de impacto e processos de medição em vigor.¹⁸ Dado que o investimento para impacto intencional representa menos de 1% dos ativos investidos e menos de 7% dos ativos com critérios ESG, há uma clara oportunidade e necessidade de permitir que os investimentos de impacto escalem, e de incentivar um maior crescimento dos ativos ESG que focam em "fazer o bem" em vez de "fazer menos mal".

Há uma crescente base de evidências sobre investimentos de impacto que entregam retornos de investimento competitivos no mercado e, simultaneamente, há proprietários de ativos que estão preparados para negociar algum retorno financeiro se houver evidências de maior impacto positivo. Entretanto, como vamos explorar, o caminho para aumentar o investimento para um impacto positivo e bem público tem que começar com o reconhecimento do dever fiduciário e da obrigação de gerar retornos e cumprir os mandatos dos proprietários finais dos ativos. Os governos também não devem perder de vista quem são os beneficiários finais desses retornos: os cidadãos eleitores que desejam ter confiança em suas aposentadorias e apólices de seguro de vida. Entretanto, podemos esperar que as atitudes em relação ao dever fiduciário evoluam à medida que melhores dados sobre o impacto proporcionem uma compreensão mais ampla da necessidade de gerenciar os riscos sociais e ambientais para respaldar a sustentabilidade dos retornos. Apesar disso, a prioridade imediata deve ser demonstrar a oportunidade para diferentes grupos de investidores combinarem retornos financeiros aceitáveis com impacto positivo. Um indicador recente desta tendência foi a decisão da Temasek de investir 500 milhões de dólares na Leapfrog Investments, um grupo líder em investimentos de impacto e defensor da oportunidade de combinar lucro e propósito.¹⁹ Na Austrália, o fundo de pensão HESTA assumiu a liderança investindo cerca de 100 milhões de dólares australianos para impacto positivo, com foco em questões sociais centrais, incluindo moradia e emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade.²⁰

Os emissores de títulos estão respondendo com critérios ESG, assim como os investimentos de impacto estão crescendo em escala e diversidade. No lado da oferta, o mercado é testemunha de uma gama dinâmica de novos produtos e ofertas. Os títulos verdes, sociais e de sustentabilidade fornecem o exemplo mais proeminente desta tendência, com emissão acumulada de títulos agora excedendo 2 trilhões de dólares.²¹ Desta soma, os títulos vinculados à sustentabilidade (sustainability-linked bonds) estão a caminho de levantar 100 bilhões de dólares em 2021, acima dos 20 bilhões de dólares do ano anterior.²² Tais instrumentos oferecem às empresas uma redução nos juros que elas pagam se alcançarem metas pré-determinadas de impacto ambiental ou social. Pioneiros como a concessionária italiana de energia Enel incendiaram este mercado com uma emissão de 1,5 bilhão de dólares vinculada a metas em energias renováveis.²³ Empréstimos vinculados à

sustentabilidade, que adotam uma lógica semelhante, deverão exceder 800 bilhões de dólares este ano. Em resumo, vemos um número cada vez maior de financiadores e investidores incentivando o impacto social e ambiental, vinculando-o explicitamente ao custo do capital. Em termos de investimento em *equity*, estamos vendo o surgimento inspirador de "unicórnios" de impacto, avaliados em mais de 1 bilhão de dólares, e o número de jovens empresas de impacto que levantam capital está aumentando de forma impressionante, especialmente no espaço da tecnologia limpa. O Reino Unido abriga cerca de 900 empresas de impacto com um valor combinado de 50 bilhões de libras e uma base de emprego de 35.000 pessoas.²⁴

Enquanto isso, o ritmo das mudanças na tecnologia digital continua a redefinir o que é possível. O cenário de risco e oportunidade está sendo cada vez mais moldado por enormes saltos tecnológicos. Em nenhum outro lugar isso é mais claro do que no efeito disruptivo da Tesla sobre a indústria automotiva. Em outras indústrias, como a de energia, também estamos vendo mudanças dramáticas nos modelos de negócios que estão criando novas oportunidades de investimento de ponta e que estão valorizando o apoio à sustentabilidade dos retornos de longo prazo. Em campos como saúde, educação e serviços financeiros, a tecnologia digital também está abrindo oportunidades antes inimagináveis para impactos positivos, liderados pelo mercado.

O ritmo das mudanças tecnológicas e a necessidade associada de investimento devem ser acelerados ainda mais pela Agenda de Glasgow, que compromete 40 países a agilizar o desenvolvimento e a implantação de tecnologias limpas para reduzir os custos de energia, transporte rodoviário, aço, hidrogênio e agricultura.²⁵ As economias emergentes apresentam um caso particularmente interessante. Com grande parte da infraestrutura ainda a ser construída na África e em outras regiões em desenvolvimento, existe uma oportunidade única de usar os avanços digitais para dar um salto em direção a soluções melhores e mais sustentáveis. Ao mesmo tempo, a tecnologia e o processamento de dados em velocidades cada vez mais rápidas estão transformando nossa capacidade de medir e (eventualmente) valorar os impactos ambientais e sociais.

Mudanças no entendimento do risco e da evolução demanda por melhores informações. Estamos vendo uma transformação na conscientização do setor privado sobre os riscos e oportunidades associados à mudança climática. Mais de 1.500 empresas concordaram em divulgar potenciais riscos financeiros ligados à mudança climática com base na estrutura da TCFD - Taskforce on Climate related Financial Disclosures (Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados às Mudanças Climáticas, em tradução livre), por exemplo. Além disso, o G7 tem demonstrado liderança ao incentivar o reporte obrigatório. O Reino Unido definiu o ritmo para se tornar o primeiro país do G20 a legislar para que suas maiores empresas divulguem seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, de acordo com as recomendações da TCFD.²⁶ Em um movimento complementar que fala da velocidade das mudanças em resposta às crises ambientais, a TNFD - Taskforce on Nature related Financial Disclosures (Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados à Natureza) foi estabelecida

18 Além disso, mais de US\$ 400 bilhões são administrados de acordo com os "Princípios de Impacto" do IFC, o padrão de mercado para a gestão de uma carteira de investimentos para impacto. Para mais informações, veja: IFC: "Impact Investing at IFC"; <https://bit.ly/30ruIEU>

19 Veja: Temasek (2021): "Temasek and LeapFrog Investments Forge US\$500 Million Partnership, Largest Ever Commitment to an Impact Investor"; <https://bit.ly/3chfkUt>

20 Veja: Investor Strategy News <https://ioandc.com/and-hesta-shows-what-impact-investing-can-do/>

21 O crescimento ano a ano do mercado de títulos verdes, sociais e de sustentabilidade atingiu 59% no primeiro trimestre de 2021. Esta categoria de dívida também inclui Sustainable-linked bonds, Blue Bonds, Masala Bonds e Transition Bonds. Para mais informações, veja: The Climate Bonds Initiative (2021): "Sustainable Debt Market: First Quarter Results, 2021"; <https://bit.ly/3FpCC01>

22 Moody's ESG Solutions (Outubro 2021)

23 Veja: Yoruk Bahceli (2021): "Italy's Enel, sustainability-linked bond pioneer, brings record debt sale"; <https://reut.rs/3HDpISL>

24 Veja: Louis Goss (2021): "Sustainable UK start-ups raise record £2.3 billion"; <https://bit.ly/3EfKDLU>

25 Veja: UNFCCC (2021): "The Breakthrough Agenda"; <https://bit.ly/3ovNsBW>

26 Veja: "UK to enshrine mandatory climate disclosures for largest companies in law"

com apoio político como um meio de dar às empresas e instituições financeiras um cenário mais completo dos riscos e oportunidades relacionados à natureza.²⁷ No setor privado, também estamos vendo a publicação por empresas líderes das contas de Lucros e Perdas Ambientais.²⁸

Neste contexto uma das iniciativas mais importantes é o trabalho coletivo para um acordo

em uma base global de padrões para reporte de informações não-financeiras, seguindo a formação de um novo Conselho de Normas Internacionais de Sustentabilidade (ISSB – International Sustainability Standards Board). O ISSB está encarregado de desenvolver uma linha de base global abrangente de padrões de divulgação sobre sustentabilidade de alta qualidade para atender às necessidades de informação dos investidores.²⁹

Outros setores estão se tornando cada vez mais atentos à necessidade e à oportunidade de apoiar esta mobilização de capital privado para o bem público.

No setor público, está surgindo um maior conhecimento em torno das melhores estruturas políticas para incentivar o investimento para resultados sociais e ambientais positivos. Um caso em questão é o uso de tarifas de aquisição (*feed-in tariffs*) e leilões reversos, que foram fundamentais para transformar a competitividade de custo de algumas tecnologias de energia renovável, por exemplo, no Reino Unido e na Índia. Além disso, a regulamentação no Reino Unido e na União Europeia (UE) permite que os proprietários e gestores de ativos se engajem com empresas na realocação de capital de motores de energia de combustão para veículos elétricos. No contexto social, no entanto, o comissionamento baseado em resultados ajudou a mobilizar capital privado para trazer inovação e rigor à obtenção de melhores resultados sociais.³⁰

O setor público está se tornando cada vez mais consciente do poder da regulamentação para criar novos mercados de investimento e estimular o apoio à inovação limpa. Por exemplo, a análise recente do Carnegie Endowment for International Peace antecipou que o Green Deal³¹ da UE poderia precipitar a criação de uma "parceria mutuamente benéfica" entre a UE e a África, "revisando" a orientação de doador-receptor do passado - com o potencial de acelerar dezenas de mercados de sustentabilidade em uma ampla gama de indústrias.³²

O capital público e filantrópico está se tornando mais ambicioso e experiente no uso de sua habilidade de melhorar a capacidade de investimento de projetos, em várias geografias e setores. Estamos vendo mais compreensão do que funciona em termos de combinação de diferentes tipos de financiamento para ajustar os perfis de risco para os principais investidores institucionais. O capital público e filantrópico flexível, incluindo garantias e seguros de risco, está desempenhando aqui um papel cada vez maior. Um exemplo recente é a emissão de um título de 364 milhões de dólares para a conservação oceânica em Belize, possibilitada pela International Development Finance Corporation, seguro de risco político do financiador apoiado pelo governo dos Estados Unidos.³³

A Indonésia, que desempenhará um papel fundamental na discussão global como Presidente do G20 no próximo ano, tem sido pioneira em soluções de *blended finance* para o clima e os ODS. Entre outros desenvolvimentos, seu Ministério de Finanças lançou o "SDG Indonesia One", uma plataforma de 3 bilhões de dólares para investir em infraestrutura sustentável – que até agora já implantou quase um terço de seu capital.

Ao mesmo tempo, a Indonésia lançou o primeiro título de uso sustentável da terra do mundo, para um plantio de seringueiras em Kalimantan Oriental, e está atualmente apoiando o Fundo Global para Corais e o programa Blue Halo para a pesca sustentável - ambos ancorados em estruturas de *blended finance* para acessar capital privado para promover um oceano saudável.³⁴

A liderança no setor filantrópico está se tornando evidente, desde o financiamento catalítico por filantropos para impacto coletivo³⁵ até projetos em universidades dedicados à criação de metodologias inovadoras de medição de impacto³⁶ e fundações que lideram o caminho para a adoção de uma abordagem de Impacto Total no investimento de suas dotações.³⁷ Também estamos testemunhando o crescente surgimento de grandes bolsos de capital filantrópico, como ilustrado pelo Giving Pledge (uma aliança beneficente de alguns dos indivíduos mais ricos do mundo)³⁸ e pelo Bezos Earth Fund³⁹ (que promete 10 bilhões de dólares para combater as mudanças climáticas). Estes apresentam a oportunidade de aumentar a quantidade de capital concessional que poderia ser utilizada para alavancar o capital institucional *mainstream* em oportunidades de investimento que combinam escala, retorno apropriado e impacto positivo mensurável.

Estes são fortes ventos que podem ser aproveitados... mas o passado nos diz que não podemos presumir que este impulso nos levará à escala, à integridade do impacto e à inclusão que precisamos. Os ventos contrários às mudanças não devem ser subestimados. É importante estar atento aos desafios que temos pela frente.

A inércia do sistema em mercados financeiros continua forte (e o apetite para mudança varia de país para país).

Pode-se argumentar que investidores tradicionais tradicionalmente enxergam seus deveres como sendo definidos principalmente, se não exclusivamente, pela busca do retorno financeiro. Os impactos negativos (ou "externalidades") das decisões de investimentos não têm sido medidos sistematicamente e, portanto, não tem sido gerenciado ou valorado de forma geral. O argumento de que os riscos ESG são significativos e que podem impactar a futura performance financeira e valoração é relativamente recente. No entanto, não se deve presumir que há um apoio generalizado no mercado de capitais para avançar os ODSs, até porque esse interesse

²⁷ Veja: "Taskforce on Nature-related Financial Disclosure"; <https://tnfd.global/about/>

²⁸ Veja: EcoChain (2021): "What's an Environmental Profit & Loss account? And how do companies use it?"; <https://bit.ly/2YPTsRK>

²⁹ Veja: IFRS (2021): "IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements"; <https://bit.ly/3D09Atc>

³⁰ Veja: GSG (2021): "Tying Funding to Results"; <https://bit.ly/3Cn1nz5>

³¹ Veja: Comissão Europeia (2021): "Delivering the European Green Deal"; <https://bit.ly/3niXiHD>

³² Carnegie Endowment for International Peace (2021): "What Does the European Green Deal Mean for Africa?"; <https://bit.ly/30umi5L>

³³ Veja: DFC (2021): "DFC Provides \$610 Million in Political Risk Insurance for Innovative Debt Conversion in Support of Marine Conservation in Belize"; <https://bit.ly/3qICGuS>

³⁴ Mais informações e estudos de caso podem ser acessados em: Blended Finance Taskforce: <https://www.blendedfinance.earth/>

³⁵ Veja: "MacArthur Foundation's Catalytic Capital Consortium"; <https://www.macfound.org/programs/catalytic-capital-consortium/>

³⁶ Veja: "Harvard Business School's Impact Weighted Accounts Initiative"; <https://www.hbs.edu/impact-weighted-accounts/Pages/default.aspx>

³⁷ Veja: Access Foundation's "Total Impact Approach"; <https://access-socialinvestment.org.uk/us/total-impact-approach/>

³⁸ Veja: "The Giving Pledge"; <https://givingpledge.org/>

³⁹ Veja: "Bezos Earth Fund"; <https://www.bezosearthfund.org/>

não tem sido encorajado de forma sustentada ou estimulado por um fornecimento de mecanismos de investimento confiáveis e apropriados. A este respeito, reconhecemos que certos administradores e proprietários de ativos podem se sentir pressionados pela percepção de que as exigências do dever fiduciário restringem sua capacidade de investir com a devida consideração pelo impacto positivo. Além disso, a falta de informações adequadas alimenta a percepção entre os investidores de que os retornos financeiros e impactos socioambientais estão de alguma forma em desacordo, quando, na realidade, muitas vezes andam de mãos dadas.

Uma abordagem fragmentada enfraquece o momentum. Os reguladores, os certificadores e os governos reconheceram a necessidade de que os investidores tenham melhores informações sobre as quais basear suas decisões. Ao rever a legislação e as estruturas regulatórias que podem moldar as mudanças, as jurisdições estão se movendo em velocidades diferentes. O processo de estabelecer padrões para ajudar a definir o que é bom criou um ecossistema confuso e fragmentado que só recentemente encontrou um caminho para a harmonização.⁴⁰

A divulgação de informações não financeiras permanece imprópria para o propósito. O recente crescimento exponencial dos mercados ESG levou a uma demanda sem precedentes dos investidores por dados não-financeiros relevantes. Na maioria das vezes, porém, tais dados permanecem indisponíveis, não confiáveis ou difíceis de comparar. Este déficit de informações reduz a capacidade dos investidores de empregar capital vinculado a critérios ESG para o máximo impacto. Assim, o apelo dos ministros das finanças do G7 para a divulgação obrigatória como parte de "tornar o sistema financeiro mais verde" e para "padrões globais de base para relatórios de sustentabilidade".⁴¹

Iniciativas como o ISSB farão muito para harmonizar as diferentes abordagens.⁴² Mesmo assim, a padronização dos relatórios de dados continua sendo um trabalho em andamento, com muito mais a fazer para refletir a interdependência social-ambiental.⁴³ A este respeito, as ferramentas de ponta desenvolvidas pelos investidores de impacto para relatórios sobre risco, retorno e impacto têm muito a oferecer. O potencial das tecnologias digitais para processar dados em escala e monitorar o impacto a baixo custo também merece atenção.

As preocupações continuam em torno do "Greenwash". *Greenwashing* é um termo que já é de domínio público há algum tempo, e as empresas e os consumidores estão cada vez mais atentos às afirmações enganosas ou exageradas feitas por organizações sobre seu desempenho. Vários escândalos bem documentados reforçaram o ceticismo público e a preocupação regulatória.⁴⁴ Recentemente, vimos como uma investigação sobre um gestor de ativos pode resultar em um impacto significativo na avaliação da empresa.⁴⁵ Há um instinto compreensível para reforçar o regime regulatório, mais notadamente na UE. Isto cria um ambiente que pode deter o capital. Nossa abordagem recomendada se concentra nos caminhos para melhorar radicalmente a integridade e transparência do impacto (Grupo de trabalho A) e fornecer melhores definições e demonstrações do que é considerado bom (Grupo de trabalho B). Ainda há necessidade de construir confiança na integridade e no

impacto de critérios ESG. O risco de *greenwash* - e o consequente dano ao valor e à confiança dos acionistas - é muito real.

Existem barreiras ao investimento *mainstream* em áreas de maior necessidade e potencial de impacto. Não devemos olhar para o desafio de acelerar o fluxo de capital privado para o bem público apenas através das lentes de escala e volume, por mais importantes que estas sejam. Há uma competição global por capital e enormes exigências de investimento em economias e setores que são relativamente de baixo risco para os principais investidores institucionais. Estes provavelmente serão priorizados, como podemos ver pelo fato de que mais de 70% do financiamento climático é investido no país de origem. Isso exigirá uma colaboração público-privada sustentada e proativa para garantir que o investimento *mainstream* possa fluir para mercados fronteiriços com potencial de alto impacto onde os riscos percebidos são maiores e onde historicamente tem havido uma falta de oportunidades de investimento em escala. Isto é verdade para geografias específicas, como a África Subsaariana, bem como para classes específicas de ativos emergentes, como o Capital Natural. Nosso apelo por uma colaboração mais efetiva entre investidores e governos é essencial para que os compromissos de alto nível emergentes do G7 e da COP26 sejam cumpridos. Enquanto nos esforçamos para aproveitar o poder dos mercados, devemos estar atentos ao que funcionou (e não funcionou) no passado - especialmente com relação a economias emergentes e setores de fronteira. No contexto das economias emergentes, esses obstáculos incluem o crédito, a moeda estrangeira e outros riscos idiossincráticos que aumentam as expectativas de retorno ou fazem com que as oportunidades pareçam inicialmente pouco atraentes. Outros desafios notáveis incluem a falta de visibilidade do fluxo de negócios investidos e restrições internas ao uso de bolsos de capital acumulados dentro de um país.

Separações que enfraquecem a confiança e a inclusão devem ser evitados. Detectamos um risco emergente de que os fluxos crescentes e muito necessários de investimento em descarbonização podem levar à formação de separações entre o social e o ambiental. Investimento de longo prazo na mudança sistêmica que precisamos na economia global exige confiança na continuidade da vontade política em todo o mundo, que por sua vez depende de um constante apoio popular à mudança. Concentrar-se estritamente em um conceito de enquadramento (por mais valioso que seja), como o Net Zero, impedirá a abordagem dinâmica, flexível e multifacetada necessária para manter uma economia global mais sustentável. Da mesma forma, os tomadores de decisão devem reconhecer que a resposta à questão de como financiar a transição deve ser moldada pelos interesses e perspectivas das economias e comunidades menos desenvolvidas afetadas pelas mudanças climáticas, bem como pelas pequenas e microempresas que geram 50% dos empregos na economia global.⁴⁶ Se as vezes dos países ricos e das grandes empresas dominarem a discussão, será impossível manter a colaboração que precisamos para alcançar uma transição de baixo carbono que seja genuinamente justa.

⁴⁰ Veja: "Triodos Investment Management. Impact investing: choosing between impact and financial return?"; <https://bit.ly/3qJSLAI>

⁴¹ HM Treasury, Governo Britânico (Junho 2021): "G7 Finance Ministers and Central Bank Governors Communiqué"; <https://bit.ly/3Cfsgos>

⁴² Notavelmente, o ISSB recentemente se juntou ao Climate Disclosure Standards Board (uma iniciativa do CDP) e à Value Reporting Foundation (que abriga o Integrated Reporting Framework e os SASB Standards) para emitir um protótipo de um conjunto de requisitos de divulgação em junho de 2022. Para mais detalhes, veja: <https://bit.ly/3Fn3hRY>

⁴³ Veja: TCFD. (Outubro 2021): "Guidance on Metrics, Targets, and Transition Plans". <https://bit.ly/3CIIIvR>. Nota: Mais de 2.600 empresas apoiam globalmente as recomendações do TCFD, incluindo 83 das maiores 100 empresas do mundo. Veja: TCFD: "Fourth TCFD Status Report October 2021"; <https://bit.ly/31USyzN>

⁴⁴ Veja: earth.org (2 de agosto de 2021): "10 Companies and Corporations Called Out For Greenwashing"; <https://bit.ly/3DeG03a>

⁴⁵ Veja: The Wall Street Journal (25 de agosto de 2021): <https://on.wsj.com/3Djyrlt>

⁴⁶ Tewari, P. S., D. Skilling, P. Kumar, and Z. Wu. (2013): Competitive small and medium enterprises: A diagnostic to help design smart SME policy. Acessado em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/534521468331785470/pdf/825160WPP-0P148100Box379861B-00PUBLIC0.pdf>

Nossa abordagem recomendada (“O que”)

Se o G7 reconhece o papel crítico de mobilizar capital privado para um impacto positivo, então o investimento para impacto precisa ser mais proeminente relação às suas fontes tanto de financiamento quanto de desenvolvimento. Esta é uma agenda que precisa ser mais visível e cujas liderança e coordenação constantes do G7, nações convidadas e parceiros, estão em uma posição única para fornecer. Também exige que todas as partes interessadas relevantes saiam de suas zonas de conforto e trabalhem de maneiras diferentes.

A necessidade de trabalhar de forma diferente. A urgência do contexto significa que não podemos continuar com o velho modelo de ação sequencial e muitas vezes desarticulado por diferentes atores. O financiamento da "Transição Justa" - ou seja, a jornada para um futuro ambientalmente sustentável, Net Zero que seja justo e inclusivo - exigirá um reconhecimento explícito da interconectividade das questões ambientais e sociais, bem como uma estratégia clara que una múltiplos atores em ação simultânea.

Novos modelos de colaboração. A escala do desafio exige inovação em modelos de colaboração e parceria. Um exemplo recente é a impressionante colaboração da Fundação IFRS com certificadores para a criação da referida ISSB. Similarmente ilustrativas são as novas alianças filantrópicas, como a Aliança Global de Energia para Pessoas e Planeta, uma iniciativa de 1 bilhão de dólares entre a Fundação IKEA e a Fundação Rockefeller com o objetivo de catalisar investimentos em energia renovável distribuída.⁴⁷ Parcerias inovadoras também estão surgindo entre os atores do setor privado e público. Um caso em questão é a Universal Energy Facility, um projeto de financiamento de múltiplos doadores, baseada em resultados, incentivando soluções para o acesso em escala à energia na África.⁴⁸ Em temas de fronteira, como as soluções baseadas na natureza, também vimos colaborações inovadoras, como a Aliança de Investimento de Capital Natural⁴⁹ e a LEAF Coalition.⁵⁰ Prioridades futuras devem incluir o alinhamento entre as plataformas certas de colaboração para conectar o financiamento em macro escala representado pela GFANZ ao fluxo de investimentos reais nas economias emergentes, especialmente na África. Também incentivamos o apoio a redes emergentes de aprendizagem e revisão entre pares, tais como a Coligação Africana de Finanças Verdes. O mesmo se aplica às coalizões de empresas empenhadas em explorar novas fronteiras, tais como investir em capital natural, adquirir materiais de baixo carbono e avançar na contabilidade de impacto. Nesta mesma linha, a rede de NABs do GSG, que abrange mais de 30 países, reúne especialistas nas áreas de investimento, políticas públicas, filantropia e inovação social e ambiental, para desenvolver economias de impacto nos mercados em que atuam.

A recém-lançada Impact Management Platform (uma evolução da Rede Estruturada facilitada pelo Impact Management Project de 2018-2021) representa outro bom exemplo da colaboração necessária.⁵¹ A iniciativa reúne um conjunto de multilaterais sob uma estrutura compartilhada que permite uma coordenação contínua entre os principais provedores internacionais de

recursos sobre sustentabilidade. Desta forma, ela atua como um recurso útil para os profissionais e outras partes interessadas que procuram avançar com padrões mais elevados de gestão de impacto.

Sinalização clara do destino e dos caminhos. Em nossos quatro meses de vida ativa, a ITF optou por se concentrar em oferecer caminhos acionáveis para dois destinos que identificamos como principais prioridades para a agenda de impacto.

O primeiro destino é a transparência total do impacto com integridade. As decisões de investimento estão sendo tomadas hoje com informações inadequadas sobre seu impacto social e ambiental. O que não medimos, não administramos. Portanto, precisamos agir com urgência para transformar a qualidade, utilidade e acessibilidade das informações sobre o impacto disponíveis para os tomadores de decisão e prestadores de contas dos investimentos. Tal futuro exigirá uma mudança nas normas de contabilidade, auditoria e práticas de garantia. Alavancar o poder da transparência do impacto é a chave para mudar o comportamento e o trabalho para alcançar um futuro no qual as decisões de investimento, por parte de empresas e investidores institucionais, sejam cada vez mais tomadas através da lente tripla de risco, retorno e impacto.

O segundo destino é fomentar novos instrumentos e mecanismos de investimento em apoio aos ODSs e uma transição justa, especialmente nas economias emergentes e fronteiriças onde a lacuna de financiamento é maior.⁵² Para que os investidores institucionais façam parte de um esforço para entregar os ODSs, os mecanismos financeiros de investimento devem ser disponibilizados, especialmente em áreas que estão bem alinhadas com os objetivos das empresas do setor privado e dos investidores. Propomos um conjunto de caminhos de ação para permitir que maiores quantidades de capital fluam para soluções que atendam às necessidades ambientais e sociais de longo prazo, indissociavelmente ligadas às pessoas e ao Planeta. Esses caminhos incluem: alinhamento em torno de uma definição de elementos de transição justa (ação climática e ambiental; distribuição socioeconômica e equidade; e voz das comunidades); expansão do uso de instrumentos e ferramentas existentes e comprovados (por exemplo, *blended finance*); aumento do papel das entidades garantidoras; e alteração dos mandatos das instituições de desenvolvimento para aumentar o foco na mobilização de capital privado.

A análise de ambos os Grupos de Trabalho da ITF baseia-se em grande parte na experiência dos membros de seus grupos de discussão, bem como em um amplo envolvimento com os públicos-alvo. Ela também reconhece e reflete o ímpeto construído por iniciativas relacionadas já em curso.

⁴⁷ Veja: Fundação IKEA (2021): "IKEA Foundation and Rockefeller Foundation join forces to set up a historic \$1 billion initiative to catalyze investments in distributed renewable energy"; <https://bit.ly/3p293BZ>

⁴⁸ Veja: "Universal Energy Facility"; <https://www.seforall.org/results-based-financing/universal-energy-facility>

⁴⁹ Veja: "Natural Capital Investment Alliance"; <https://naturalcapital.finance>

⁵⁰ Veja: "LEAF Coalition"; <https://leafcoalition.org>

⁵¹ Veja: "Impact Management Platform"; <https://impact-managementplatform.org>

⁵² Doumbia, Djeneba, e Lauridsen, Morten Lykke(2019): "Closing the SDG Financing Gap—Trends and Data". IFC; <https://bit.ly/3p4Wczf>

3

Grupos de Trabalho Técnicos da ITF

GRUPO DE TRABALHO A

Transparência, Integridade e Harmonização para Impacto

Existe uma necessidade urgente de aumentar o volume e a eficácia do capital direcionado para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e uma Transição Justa. A transparência efetiva do impacto por parte das empresas e dos investidores pode representar uma ferramenta vital para alcançar esta mudança nos fluxos de capital. A este respeito, é celebrado que os relatórios não-financeiros estejam aumentando. 9 em 10 grandes empresas dos Estados Unidos publicaram um "relatório de sustentabilidade" em 2019, por exemplo, deferente de há décadas, em que era apenas 2 em 10 empresas.⁵³

Uma tendência semelhante é visível globalmente.

Uma pesquisa de 2017, realizada pela empresa de serviços profissionais KPMG, sobre as 100 maiores empresas em 49 países, constatou que três quartos das empresas emitiram relatórios de sustentabilidade; em 1993, a proporção era inferior a um oitavo (12%).⁵⁴ No entanto, a transparência por si só não é garantia de um impacto positivo significativo na base.

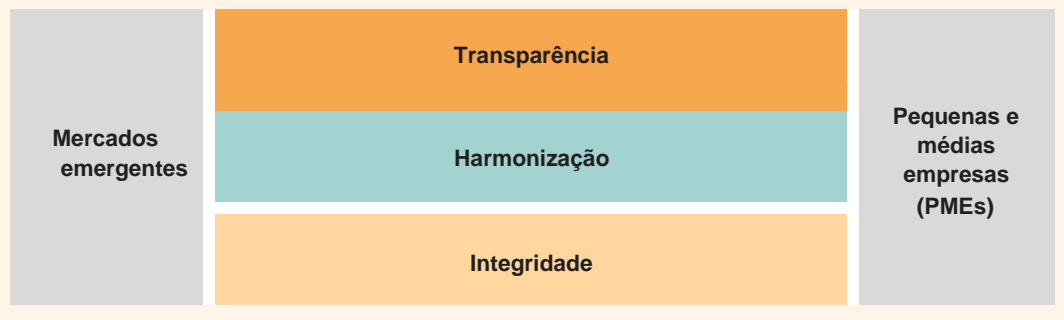
O que é necessário agora são dados melhores. Para que a transparência produza mudanças substanciais na tomada de decisões, ela precisa permitir que os investidores façam comparações significativas entre as oportunidades de investimento e permitir que as empresas melhorem seus impactos sobre todas as partes interessadas.

A ITF conclama urgentemente uma contabilidade obrigatória para o impacto como um objetivo. A contabilidade é a forma como as instituições entendem e agem com base em divulgações financeiras e não financeiras, de uma forma que possa ser auditada e assegurada.

A jornada para este objetivo exige

- Maior transparência
- Criação de padrões harmonizados
- Fortes mecanismos para garantir a integridade dos dados, análise e governança

Figura 3.1



- **Transparência** sobre o impacto das práticas e do desempenho fornece os dados necessários para que as empresas e os investidores tomem decisões comerciais críticas e avaliem o progresso na realização dos ODSs para 2030
- **Harmonização** dos métodos contábeis e das normas de relatórios é um dos mecanismos mais eficazes para obter informações comparáveis, consistentes e confiáveis sobre o impacto. A simplificação dos requisitos de reporte simplificará a divulgação para empresas e investidores, mas os padrões de reporte e divulgação, por si só, não dizem às empresas como melhorar. Os emergentes padrões contábeis para o impacto o fazem, concentrando-se em como as empresas registram, organizam e compreendem que as informações⁵⁵

- **Integridade** garante que os dados de impacto divulgados mantenham qualidade, consistência, privacidade e interoperabilidade, para que as informações possam ser utilizadas pelos tomadores de decisão

Subjacentes a todas estas prioridades estão os princípios de justiça e inclusão. Isto significa garantir que as vozes de todos os atores sejam ouvidas. A ITF tem prioridades cuidadosamente consideradas para pequenas e médias empresas (PMEs) e mercados emergentes (que variam de economias em rápido desenvolvimento a mercados de capital menores, mais arriscados ou mais ilíquidos). Por exemplo, as PMEs frequentemente não têm acesso a treinamentos e recursos (incluindo os necessários para um reporte efetivo), o que pode retardar a adoção de normas globais e resultar em relatórios de impacto ambíguos.

⁵³ Makower, J. (2021): "The state of Green Business 2021"; <https://bit.ly/3oBieJl>

⁵⁴ Blasco, José Luis, et al. (2017): "The road ahead: The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017", KPMG International; <https://bit.ly/3FQkMLO>

⁵⁵ A contabilidade de impacto, conforme referido neste documento, abrange uma gama de técnicas de avaliação para estimar o valor relativo que uma organização cria, preserva ou diminui para suas partes interessadas, expresso como uma unidade comum. Isto pode acontecer através de uma combinação de (i) avaliação qualitativa (por exemplo, baixa/média/alta); (ii) avaliação quantitativa não monetária (por exemplo, avaliações em uma escala de 1 a 10); e/ou (iii) avaliação monetária (por exemplo, o valor monetário estimado para uma parte interessada de um benefício que ela experimenta, ou um dano ou perda que ela evita ou experimenta).

Resumo dos chamados para ação

A ITF propõe uma série de recomendações de curto e médio prazo com o objetivo de garantir que a contribuição potencial dos investidores dos setores público e privado para alcançar uma Transição Justa seja plenamente realizada. Uma descrição mais completa está disponível no relatório dos Grupos de Trabalho.

PARA GOVERNOS

Curto prazo: Os governos devem apoiar e participar das próximas consultas do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade da Fundação Internacional para Padrões de Relatoria Financeira (IFRS-ISSB) à medida que avança em seus esforços para desenvolver e manter uma linha de base global sobre o impacto relacionado ao valor empresarial. Os governos também podem desempenhar um papel no sentido de garantir que o IFRS-ISSB tenha um modelo de governança inclusivo, que envolva ativamente as PMEs ao longo da cadeia de valor, e que cobre tanto questões sociais quanto ambientais.

Como prioridade urgente, os legisladores nacionais devem exigir que todos os reportes sobre impacto revelem as limitações, as fronteiras e as suposições que os sustentam, bem como os fundamentos para determinar sua materialidade. Isto exigirá atenção semelhante dos ministros das finanças para as questões sociais (como proposto pela Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados à Desigualdade, ou TIFD)⁵⁶ como mostrado anteriormente em torno do tema clima (por exemplo, a Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados às Mudanças Climáticas [TCFD] e a Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados à Natureza [TNFD]).

Os governos também devem fornecer assistência técnica, treinamentos e subsídios para capacitar as PMEs para reportarem sobre seu desempenho de impacto. Tal apoio deve reconhecer a importância crescente e as características específicas de microempresas e autônomos, reconhecendo também a realidade de empresas menores em mercados emergentes, onde a informalidade muitas vezes prevalece. Os governos devem desenvolver padrões de dados para digitalização e interoperabilidade de relatórios de impacto em um formato globalmente consistente e tecnológico, enquanto permite às empresas manter o controle da privacidade e qualidade de seus dados.

Finalmente, os membros e parceiros do G7 devem encorajar os criadores de normas, em particular a Fundação IFRS, a se engajarem em esforços emergentes de avaliação monetária colaborativa, consistente com a abordagem de "base-e-desenvolvimento" que defendemos.

Médio prazo: Para estimular uma evolução das práticas contábeis e de reporte para empresas privadas, os governos nacionais devem exigir relatórios sobre os impactos sociais e ambientais. Onde necessário, isto pode exigir a revisão da legislação societária ou leis relacionadas. Estruturas legais nacionais e internacionais devem garantir que os sócios possam buscar performance em impacto positivo ao lado do impacto financeiro. Em tempo,

Esses padrões devem envolver o incentivo de decisões baseadas em impacto.

Além disso, os governos (e reguladores) podem incentivar e encorajar a participação necessária dos gestores de ativos privados desenvolvendo e interpretando legislação e regulamentação que indique o impacto da coerência do investimento com os comportamentos fiduciários esperados.

Os governos também podem liderar pelo exemplo através da adoção das práticas contábeis necessárias do setor público. Desta forma, os gastos públicos podem exemplificar novas expectativas de transparência, harmonização e integridade de impacto - uma área importante não desenvolvida em detalhes nesta fase da ITF, mas que merece ser seriamente explorada. Além disso, o investimento público deve ser direcionado para a construção de uma infraestrutura de dados aberta (enquanto protege a privacidade dos dados) para informar as decisões sobre questões sociais e ambientais além das fronteiras.

PARA REGULADORES DO MERCADO DE CAPITALIS

Curto prazo: Os reguladores do mercado de capitais devem se basear rapidamente no lançamento do IFRS-ISSB para criar um regime de garantia para a "linha de base" para as empresas públicas (ou seja, todos os dados relevantes para o valor da empresa. Também será necessário desenvolver uma versão acessível do protótipo IFRS-ISSB para que as pequenas empresas possam mostrar liderança nas novas exigências de divulgação de impacto.

Médio prazo: Para atender ao pedido da ITF de contabilidade obrigatória para o impacto, a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) e/ou outros reguladores do mercado de capitais devem avançar para desenvolver um regime para a fase de "desenvolvimento". Isto deve contabilizar e assegurar todos os dados de impacto, e não apenas os dados sobre o valor da empresa. Os reguladores devem fazer parceria com os bancos centrais para identificar lacunas de dados sobre riscos sociais, baseando-se em modelos como a Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (Rede de Bancos Centrais e Supervisores para deixar o Sistema Financeiro mais Verde, em tradução livre). Também é recomendável engajar as partes interessadas externas para preencher as lacunas faltantes.

PARA INVESETIDORES

Antes da ação regulatória dos governos, a ITF conclama a todos os investidores que se comprometam com a garantia externa sobre o impacto dos ativos sob gestão, a fim de acompanhar o progresso real nas questões sociais e ambientais. Investidores, bolsas de valores, empresas de capital de risco e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) também podem sinalizar que a transparência do impacto e o engajamento das partes interessadas locais é fundamental para a devida diligência e decisões de investimento. Os investidores devem se comprometer a cocriar reportes de alto nível, bem como relatórios sobre os impactos positivos e negativos de suas

⁵⁶ Veja: "Task Force on Inequality-related Financial Disclosures (TIFD)"; <https://bit.ly/3l8y79r>

próprias práticas e portfólios.⁵⁷ Por exemplo, os gestores de ativos que compartilham suas análises fortaleceria o caso de que as carteiras de investimentos com impacto geram retornos aceitáveis ajustados ao risco a longo prazo.

PARA EMPRESAS

Empresas públicas e privadas devem adotar padrões de reporte voluntários, específicos para cada questão, antes ainda da ação regulatória, ao mesmo tempo em que consideram também metodologias para avaliação monetária. Em paralelo, bancos e grandes empresas podem alavancar seu relacionamento com as PMEs através de suas cadeias de fornecimento e exigências de empréstimos para encorajar uma melhor divulgação de impacto. As grandes multinacionais devem buscar transparência em todas as cadeias de valor, inclusive nos mercados emergentes. Para isso, elas devem munir suas equipes para avaliar como as comunidades locais e os funcionários são tratados, que práticas de governança estão em vigor e até que ponto a resiliência climática é garantida.

PARA CERTIFICADORES E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Antes da ação obrigatória dos governos, a sociedade civil pode liderar o caminho na cocriação de uma contabilidade voluntária e específica para a questão do impacto:

- Mostrar que a contabilidade e o reporte harmonizados são possíveis e perspicazes
- Expor lacunas nas informações dentro das estruturas de contabilidade e divulgação obrigatórias existentes (ou futuras)

As estruturas de divulgação voluntária novas e existentes devem integrar fronteiras baseadas na ciência e questões relacionadas à interdependência dos impactos ambientais e sociais. As organizações de rede e associações industriais podem apoiar as PMEs, fornecendo treinamento e recursos para ajudar a superar as barreiras dispendiosas à transparência total.

1 Transparência

Uma Transição Justa depende da transparência das informações de impacto que sejam relevantes e fáceis de entender. As divulgações são importantes porque podem expor riscos e oportunidades para investidores e empresas, assim como para indústrias e mercados. Ao identificar, medir e tratar os impactos, os mercados financeiros podem criar para as empresas uma corrida para o topo. Nossas recomendações sobre transparência exploram o papel do reporte obrigatório e voluntário, cobrindo os impactos em toda a cadeia de valor, tanto no nível da empresa quanto no do investidor, bem como no que diz respeito às práticas contábeis do setor público.

O reporte de impacto obrigatório é necessário para atingir os ODGs e acelerar a mudança de comportamento nos mercados de capitais.

O reporte voluntário por si só não é suficientemente rápido para alcançar os ODSs e o Acordo de Paris. Um impulso dos estados membros do G7 e dos países convidados em direção a relatórios obrigatórios sobre informações ambientais e sociais é fundamental para a implementação de acordos globais de desenvolvimento sustentável. Estas novas exigências de relatórios, que podem ser solicitadas através de revisões das leis corporativas nacionais e decretos relacionados, devem estabelecer um equilíbrio cuidadoso entre as questões ambientais e sociais. Um ponto de partida é exigir que quaisquer declarações sobre estas questões revelem as limitações, fronteiras e suposições que as sustentam, e qualquer base para decidir o que é material. Tal medida, por sua vez, estimularia a evolução das práticas contábeis e de reporte para as empresas privadas.

Enquanto as regras obrigatórias de reporte de informações estão sendo implantadas, as práticas de divulgação voluntária devem melhorar para atender aos desafios sociais e ambientais urgentes de hoje. O reporte evoluirá se houver fortes incentivos para a elaboração de relatórios e esforços veementes da sociedade civil para dar destaque às áreas de baixa transparência. Os investidores estão procurando cada vez mais integrar informações relacionadas à justiça econômica, ambiental, racial e climática em suas análises e decisões de investimento. Seja que os impactos negativos nessas áreas recaem injustamente sobre as comunidades de baixa renda ou de mercados emergentes, isso é uma preocupação crescente. A demanda dos investidores dá às empresas um poderoso incentivo para divulgar dados de impacto e mostrar liderança mesmo antes mesmo que isto se torne obrigatório. Novas e existentes estruturas de reporte voluntário devem integrar limites baseados na ciência e a interdependência entre as questões sociais e ambientais.

Investidores também devem ser transparentes. O reporte deve abranger como os investidores por si só (ou seja, à parte das empresas que financiam) se envolvem em práticas que ampliam os impactos sociais e/ou ambientais. Os investidores estão frequentemente sujeitos a expectativas mais baixas sobre os relatórios de impacto do que as empresas em suas carteiras. Como os investidores reportam sobre questões não financeiras, eles normalmente o fazem de acordo com as métricas genéricas de toda a empresa. Isto potencialmente negligencia os impactos ligados aos atributos únicos das instituições de investimento.⁵⁸

Os impactos das práticas dos investidores são agora objeto de considerável debate público, especialmente no que diz respeito ao capital privado. Mais transparência por parte dos governos e do setor privado está sendo exigida.

⁵⁷ Veja: "Impact Frontiers"; <https://impactfrontiers.org/share-your-feedback-to-improve-investor-contribution-metrics/>

⁵⁸ Tais atributos incluem suas estruturas de investimento, estruturas de capital, médias de alavancagem, cálculo de ganhos, métodos de avaliação e abordagens de *benchmarking*, bem como suas alocações de ativos e construções de portfólio resultantes.

2 Harmonização

As últimas décadas testemunharam um impulso notável em torno do impacto do investimento. Em paralelo, a compreensão sobre os impactos sociais e ambientais das decisões aumentou rapidamente. Ambos os fenômenos deram origem a uma abundância de padrões evoluindo independentemente um do outro. A harmonização de normas é amplamente reconhecida como uma forma necessária e altamente eficaz de impulsionar a comparabilidade, consistência, e confiabilidade dos dados.⁵⁹ Tal processo sinaliza a maturidade crescente de um mercado.

Uma "linha de base" global de reporte deve mostrar, como mínimo, os impactos sociais e ambientais que afetam o valor da empresa. Existe uma sobreposição crescente entre os relatórios de impacto (voluntários e obrigatórios) e os relatórios financeiros. O primeiro abrange questões que não têm sido tradicionalmente incorporadas aos relatórios, como diversidade e mudanças climáticas. O segundo diz respeito a questões que os investidores tradicionais se preocupam por causa de seu efeito sobre o lucro e o fluxo de caixa a curto, médio e longo prazo. A ITF apela aos governos para que apoiem e participem nas próximas consultas da iniciativa IFRS-ISSB, uma vez que ela procura desenvolver e manter uma linha de base global sobre o impacto e sua ligação com o valor da empresa.

A ITF apoia a abordagem "base-e-desenvolvimento". Esta abordagem eleva o limite internacional das normas de relatórios sociais e ambientais que se relacionam ao valor da empresa (a "base"), ao mesmo tempo em que incentiva as regiões ou jurisdições a administrar os impactos sobre as partes interessadas relevantes (o "desenvolvimento"). A IOSCO e a Fundação IFRS também apoiam uma estratégia de "base-e-desenvolvimento" e está inserida nas Diretrizes para Relatórios Não Financeiros da União Europeia (UE) e sua sucessora proposta, a Diretriz para Relatórios de Sustentabilidade Corporativa.

Endossar uma base não é suficiente; os governos deveriam "desenvolver" urgentemente sobre a linha de base global e pressionar por normas que explicitamente reconheçam e incorporem o impacto em todas as partes interessadas.⁶⁰ Uma "linha de base global" incentivará as empresas e os investidores a tomarem decisões baseadas no que é material para o valor da empresa. Entretanto, se os impactos das partes interessadas não afetam a criação de valor das empresas a curto, médio ou longo prazo, isto não significa que tais impactos não devam ser gerenciados. Fomentar e encorajar tal comportamento é importante para se conseguir sistemas econômicos mais equitativos e sustentáveis. O "desenvolvimento" requer uma expansão urgente de exigir o reporte dos impactos (e dependências) sobre as pessoas e o Planeta que afetam o valor a curto, médio e longo prazo de uma empresa para exigir a divulgação de todos os impactos para atender às necessidades de informação de uma ampla gama de partes interessadas.

⁵⁹ Veja: EY (2021): "The future of sustainability reporting standards. The policy evolution and the actions companies can take today."; <https://go.ey.com/3DlfZ36>

⁶⁰ As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais poderiam ser alavancadas como um precedente chave. Veja: <https://mneguidelines.oecd.org/mneguidelines/>

3 Integridade

Manter integridade requer ao menos três ações:

- O desenvolvimento de sistemas, princípios e normas que criam confiança nos dados subjacentes
- A administração responsável dos dados sobre as pessoas e o Planeta
- A criação de ciclos de feedback construtivo com as partes interessadas afetadas

Enquanto se celebra o volume de capital privado fluindo em direção ao impacto, garantir a integridade do impacto é fundamental para desenvolver e manter a confiança pública, especialmente em torno de questões que exigem um nível de julgamento e subjetividade.

A criação de uma infraestrutura de dados segura e interoperável é essencial para contar a história completa. Os dados de impacto, divulgados de acordo com normas harmonizadas, devem ser facilmente acessíveis a todos os tipos de usuários. Informações estruturadas permitem maior conectividade e permitem a busca, filtragem, agregação e integração. Os dados de hoje são eventuais, multidimensional e imediatos. A menos que a tecnologia seja alavancada para rastrear tais dados, será um desafio produzir a divulgação e os relatórios de impacto. Uma vez disponíveis, além disso, os relatórios serão de pouca utilidade prática. Em particular, o contexto de impacto social e ambiental será difícil de avaliar sem uma infraestrutura de dados abrangente.

Mesmo antes que as taxonomias sejam requeridas através de regulamentação, uma melhor visibilidade dos processos de gestão da taxonomia ajudaria a resolver incompatibilidades. Isto levará a informações mais consistentemente estruturadas e comparáveis, tanto para os desenvolvedores quanto para os usuários. Portanto, a ITF advoga por repositórios de dados seguros e acessíveis de informações de impacto.

Os processos de tomada de decisão devem incluir os mais afetados; para garantir a integridade do impacto, uma ampla gama de partes interessadas deve informar e participar da tomada de decisão. A transição para uma economia de baixo carbono de forma justa envolverá sistemas de governança, gestão e operações que responsabilizam os tomadores de decisão pelas ações em nome de todas as partes interessadas. O envolvimento dos *stakeholders* na tomada de decisões das organizações é essencial para garantir a integridade do impacto. A ITF ressalta a importância de modelos de governança inclusiva que quebram as separações tradicionais entre os grupos de *stakeholders*. Isto apoia uma abordagem responsiva, inclusiva, participativa e representativa para a tomada de decisões em todos os níveis. Tal medida tem implicações importantes para a harmonização das normas de divulgação sobre as quais as partes interessadas são consideradas "materiais" ou "relevantes". Também traz em foco questões sobre as ferramentas utilizadas para o engajamento das partes interessadas e a coleta de dados.

4 Pequenas e Médias Empresas

O sucesso da transparência, harmonização e integridade dependerá da inclusão e do engajamento das PMEs. A transição justa exigirá o envolvimento das PMEs, não apenas para garantir que as metas climáticas e de biodiversidade sejam alcançadas, mas também para contribuir para as metas de trabalho decente para todos, inclusão social e a erradicação da pobreza. Nossas recomendações no que diz respeito às PMEs, observam que o apoio pode vir de muitas direções. As corporações, em particular, podem se engajar com as PMEs através de suas cadeias de fornecimento. Outras empresas, organizações em rede e associações industriais também podem disponibilizar treinamento e recursos para que as PMEs possam mostrar liderança, ao mesmo tempo em que facilitam soluções técnicas que promovem fluxos de capital com base em dados de PMEs disponíveis publicamente.

5 Mercados emergentes

Os mercados de capitais querem melhores informações sobre o impacto para todas as partes interessadas - e em um mundo cada vez mais interligado, isto deve incluir vozes verdadeiramente globais. Mercados emergentes requerem capital estrangeiro e nacional que tenha foco em investimentos sustentáveis. Uma das principais barreiras a esse fluxo de capital é a ausência de métricas e dados robustos e atualizados. Este déficit faz com que seja um desafio para os governos nacionais e investidores estrangeiros priorizarem as atividades e reforça uma percepção de incerteza e risco. Nossas recomendações em relação aos mercados emergentes dependem, portanto, de incentivos para transparência, investimento em mecanismos para uma Transição Justa e normas de impacto harmonizadas globalmente relevantes para facilitar os fluxos de investimento.

GRUPO DE TRABALHO B

Instrumentos e Políticas para Financiar os ODSs e uma Transição Justa

O trabalho da ITF tem como base o reconhecimento de que a realização das prioridades globais - a entrega dos ODSs e a recuperação inclusiva da pandemia da Covid-19 - exigirá maior cooperação e formas inovadoras de parcerias entre governos, o setor privado e a sociedade civil. O Grupo de Trabalho B explorou este imperativo no contexto do apoio ao desenvolvimento de instrumentos e políticas específicas para financiar os ODSs e uma Transição Justa.

Precisamos aproveitar o poder dos mercados financeiros para o bem público.

Há uma tendência que move o capital em direção ao impacto, em particular em direção a soluções climáticas. No entanto, este impulso precisa ser acelerado para atingir maior escala. Um esforço em conjunto e urgente de todos os atores é necessário para mover bolsos significativos de financiamento para os ODSs e conseguir uma transição para um mundo Net Zero onde ninguém fica para trás; é isto que queremos dizer com uma "Transição Justa". Estes esforços se aplicam às oportunidades de investimento em todo o mundo, com especial relevância para os mercados emergentes.

A combinação de ESG e *pools* de capital impacto demonstra a percepção potencial de um mundo inclusivo e sustentável para todos; e ainda assim, as necessidades de financiamento continuam imensas. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que um montante adicional de 2,5 trilhões de dólares por ano é necessário para atingir os ODSs somente nos países em desenvolvimento até 2030. Embora os bolsos

De ESG e impacto têm crescido constantemente durante a última década, o desafio é transferir muito mais dos vastos recursos de capital 'tradicionais' (estimados em cerca de 154 trilhões de dólares) para ESG e investimento de impacto. Onde e como aplicamos e investimos esses recursos determinará se conseguiremos atingir os ODSs.

O capital que ignora as consequências ambientais e a desigualdade social será cada vez mais vulnerável ao desempenho, bem como ao risco de reputação. Em contraste, o capital que busca estratégias de investimento nas quais os objetivos ambientais e sociais estão integrados, não apenas mitiga a exposição ao risco, mas também expande o cenário de oportunidades para o capital gerar retornos financeiros, ambientais e sociais positivos.

Uma Transição Justa feita para o futuro

A crescente atenção global ao financiamento climático é bem-vinda, mas não é suficiente para atender as necessidades das pessoas e do Planeta. Há um consenso crescente de que uma mudança de perspectiva para incluir também os impactos socioeconômicos da crise climática é essencial - em particular, os efeitos desproporcionais da mudança climática sobre as mulheres precisam ser reconhecidos e tratados. Uma abordagem holística sobre uma transição justa, com atenção para onde e para quem o dinheiro está fluindo, é necessária para abordar a mudança climática e seus efeitos sobre as sociedades de forma justa e inclusiva. Esta abordagem pode resultar em um Planeta próspero onde ninguém é deixado para trás.

Embora uma transição justa precise ser universal e global, os caminhos para ela devem ser fundamentados em considerações locais sobre necessidades, capacidades e prioridades para garantir que elas sejam inclusivas, justas e equitativas e para evitar que as populações pobres ou desfavorecidas fiquem em pior situação. Os países, regiões e comunidades têm pontos de partida diferentes quando se trata de alcançar uma transição justa. Estes pontos de partida influenciarão a descarbonização local e as trajetórias de desenvolvimento, bem como os caminhos de transição. Dito isto, a exigência de refletir um contexto local específico não dilui a relevância global e o poder e a necessidade de um entendimento comum do que significa, na prática, uma transição justa.

Para conduzir o alinhamento entre atores públicos e privados e garantir que mais capital esteja contribuindo significativamente para uma transição justa, o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho B (disponível na íntegra no website da ITF) introduz três Elementos de Transição Justa que integram os motores críticos de uma transição justa: avançar na Ação Climática e Ambiental; melhorar a Distribuição Socioeconômica e a Equidade; e aumentar a Voz das Comunidades. Os Elementos Justos de Transição são aplicáveis em todas as geografias, setores, investimentos e políticas. Juntos, os Elementos de Transição Justa fornecem uma base comum para a ação, ao mesmo tempo em que permitem uma compreensão personalizada dos cenários de implementação local.

Os Elementos combinados deixam claro "o que é bom" e permitirão que a comunidade global fale a mesma língua em termos de busca de uma transição justa ao mesmo tempo em que convida, encoraja e incentiva as ações que podem ter o maior impacto no ambiente local. Somente através da adoção de Elementos de Transição Justa consistentes podemos encorajar abordagens de investimento criativas e eficazes por parte de atores do setor privado, enquanto promovemos uma avaliação transparente de para onde e para quem o capital está sendo direcionado.

A aceleração do capital para uma transição justa se baseia na crescente consciência do mercado público e privado, oferece tangibilidade a um conceito com ressonância positiva e fortalece o comportamento de investimento para integrar considerações ambientais e sociais. Os Elementos de Transição Justa podem ser integrados tanto nos mecanismos de investimento existentes como naqueles ainda a serem desenhados.

Existem caminhos práticos para ativar os mercados - e desbloquear o capital transformador em direção aos ODSs e uma Transição Justa

Há uma oportunidade significativa a curto prazo para mobilizar e alocar capital em escala entre diferentes tipos de investidores em todo o espectro do capital (do impacto e ESG ao capital tradicional) para ajudar a alcançar os ODSs em geral e uma transição justa em particular. Esta oportunidade está em mercados desenvolvidos e emergentes e entre classes de ativos. Embora reconhecamos a relevância e importância

de todas as classes de ativos em alcançar os ODSs, priorizamos no relatório do Grupo de Trabalho B *private equity*, dívida privada, infraestrutura, bens imóveis e renda fixa, pois estes são familiares e relevantes para proprietários e gestores de ativos. Além disso, frequentemente proporcionam um grau significativo de influência para alinhar o capital que está sendo mobilizado com o impacto que está sendo buscado. Estas classes de ativos representam caminhos adequados que devem, e podem, ser expandidos para mobilizar mais capital.

Possibilitar a mobilização de capital em larga escala nos mercados emergentes por investidores institucionais apresenta um dos meios mais poderosos de financiamento para atender aos ODSs e proporcionar uma transição justa. Dentro do universo do investidor institucional, os crescentes *pools* de capital de investidores institucionais nacionais nos mercados emergentes têm um significativo papel a desempenhar e será cada vez mais importante na construção dos mercados de capitais locais. Como já mencionado anteriormente, há um impulso - o interesse em aplicar padrões ESG e de impacto está ganhando força em toda a comunidade de investidores institucionais. Além disso, o universo de gestores de ativos que proporciona impacto e oferece mecanismos de investimento consideráveis está crescendo, resultando em volumes crescentes de oportunidades de impacto para os investidores institucionais.

No entanto, as múltiplas barreiras externas e internas limitam atualmente o fluxo de capital transformador dos investidores institucionais. As barreiras externas incluem, por exemplo, o risco (real ou percebido) de investimentos em mercados emergentes, falta de tamanho de investimento adequado, *pipeline* ou informação, ou exigências legais e regulamentares. As barreiras internas aos investidores institucionais podem incluir apetite limitado de risco, políticas ou estruturas rígidas de alocação e restrições de mandato, e falta de conscientização, acesso ou capacidades internas, entre outras.

Embora reconhecendo esta realidade, estas barreiras não devem ser uma desculpa para a inação. Os investidores institucionais precisam ir além de suas zonas de conforto para que o progresso aconteça em escala, inclusive, às vezes, alterando seus mandatos e estruturas de alocação existentes e ajustando suas estruturas de incentivo para consultores e administradores de ativos.

Para que o capital se movimente em escala, as barreiras precisam ser enfrentadas adequadamente. Os instrumentos e ferramentas existentes e familiares, combinados com esforço e engajamento proativos, demonstram que é possível superar as barreiras, conforme demonstrado pelas transações existentes no mercado apresentadas no relatório. Estes precedentes precisam ser ampliados para que mais investidores institucionais possam participar e empregar capital. Os esforços não precisam ser diluídos na busca da estrutura mais inovadora; ao contrário, eles podem ser concentrados naquelas mais promissoras, que existem em grandes números.

Deixamos claro que *blended finance*, combinando várias ferramentas e instrumentos de diferentes fontes de capital, é uma abordagem altamente eficaz e amplamente utilizada, permitindo que o capital comercial privado invista mais deliberadamente para fins de impacto social e/ou ambiental.

Nosso trabalho apresenta uma gama de ferramentas, incluindo capital subordinado, garantias, seguros, securitização, financiamento em moeda local, dados e informações de desempenho e parcerias. O potencial desses instrumentos e ferramentas é evidenciado por exemplos reais que demonstram como o capital pode ser mobilizado em escala através de seu uso e aplicação. Talvez o mais promissor seja o aumento do uso de garantias e coberturas de seguro em nível de carteira e de mecanismo.

Dada a diversidade da gama de investidores institucionais, não haverá uma solução que se ajuste a todos. Cada tipo de investidor - ou mesmo o investidor em si - pode ter seu próprio conjunto específico de desafios, dependendo da estrutura regulatória e da jurisdição sob a qual operam, e de seu apetite individual por engajamento, que pode ser determinado por sua liderança. O engajamento imediato de investidores-alvo e parcerias distintas são importantes para movimentar dinheiro significativo em soluções para uma transição justa nos mercados emergentes.

Além do uso de ferramentas específicas, convidamos tanto os proprietários de ativos institucionais quanto os seus gestores a agir de forma simultânea e coordenada - e todos os outros atores que os apoiam. A ação combinada é necessária para estruturar veículos de investimento que sejam passíveis de investimento por investidores institucionais. Ao mesmo tempo, os investidores institucionais precisam ir além de suas zonas de conforto para que o progresso aconteça em escala, incluindo, às vezes, a alteração de seus mandatos e estruturas de alocação existentes e o ajuste de suas estruturas de incentivo para consultores e gestores de ativos. Além disso, o esforço intencional de todos os agentes do mercado financeiro, incluindo intermediários, consultores, assessores e agências de classificação, que frequentemente atuam como guardiãs dos investimentos, são incentivadas a fim de conseguir alocações de capital significativas para os ODSs.

Nosso trabalho também discute o papel central dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e IFDs, particularmente aqueles dos quais os membros do G7 são acionistas, destacando o potencial de utilizar ainda mais sua posição no mercado, redes e *expertise* para acelerar e expandir a mobilização de investidores institucionais. Os bancos multilaterais de desenvolvimento e as IFDs têm capacidade de gerar *pipelines* de investimento, de fornecer suporte de *de-risking*, como capital subordinado ou garantias, e de compartilhar anos de dados de desempenho relevantes. Seu papel é vital na mobilização de capital privado em escala para alcançar os ODSs em geral e uma transição justa.

Orientação prática para a mobilização de capital em escala para os ODSs e uma Transição Justa

A fim de fornecer uma orientação concreta para a mobilização de mais capital em direção aos ODSs com foco em uma transição justa, apresentamos um "Plano de Transição Justa" e os "Princípios" orientadores relacionados (mais detalhes disponíveis nos documentos técnicos da GTB). O Projeto e os Princípios fornecem um ponto de partida tangível para o desenvolvimento de

mecanismos de investimento que buscam mobilizar o capital institucional privado. A orientação é fornecida em várias classes de ativos e mostra como os mecanismos de investimento podem se alinhar com os três Elementos de Transição Justa para ajudar a alcançar os ODSs.

Dentro de classes de ativos priorizados, nosso trabalho apresenta uma gama de oportunidades existentes de investimento relevantes para uma Transição Justa. Embora não sejam explicitamente rotuladas como Mecanismos de Transição Justa, os exemplos incluídos na versão completa de nosso documento técnico demonstram com sucesso a adesão a alguns, ou mesmo a maioria, dos Princípios do Plano de Transição Justa. Os estudos de caso e exemplos apresentados demonstram como os veículos podem buscar um impacto ambiental e social ousado e ser atraentes para investidores institucionais. Eles também ilustram a importância crítica da ação conjunta, destacando exemplos de estruturas onde *blended finance* e capital concessional foram empregados com sucesso na mobilização de capital institucional. As atividades atuais estão prontas para serem replicadas e ampliadas.

Recomendações

Com base no envolvimento com mais de 170 líderes da indústria, da política e da academia, identificamos dois objetivos prioritários para todos os atores relevantes:

1 mobilizar capital institucional, a partir de toda a gama de atores institucionais privados e *quasi* públicos, em busca de um impacto positivo e fazer avançar os ODSs, aumentando significativamente o uso de instrumentos e ferramentas comprovados e novos que possam abordar barreiras reais para a participação do capital privado; e incentivar mais capital do setor privado a ser direcionado para os mercados emergentes.

2 Quebrar as barreiras entre as estratégias e transações com foco nas mudanças climáticas e aquelas focadas em questões sociais, e fortalecer a participação de Vozes das Comunidades locais, para fazer avançar uma transição justa.

Para apoiar a realização destes objetivos prioritários, apresentamos **recomendações orientadas para a ação** adaptadas a diferentes públicos dos setores público e privado, de modo que cada conjunto de atores possa tomar medidas concretas e resolutas agora. As principais recomendações estão resumidas abaixo:

PARA TODOS OS ATORES DE INVESTIMENTO

Influenciar os mercados financeiros globais para mobilizar investimentos para apoiar a realização dos ODSs em geral, e uma transição justa em particular.

A mobilização será feita através de mecanismos e estruturas que possam proporcionar investimentos em escala com sucesso. Esses mecanismos e estruturas mobilizarão capital para

alcançar os ODSs com um subconjunto significativo cumprindo os três Elementos de Transição Justa integrados: Ação Climática e Ambiental; Distribuição Socioeconômica e Equidade; e Voz das Comunidades. Tal mobilização ocorrerá com mais sucesso através de mecanismos e estruturas que possam proporcionar investimento em escala enquanto cumprem os três Elementos de Transição Justa.

PARA MEMBROS DO G7 (E PAÍSES CONVIDADOS)

Alterar o mandato dos BMDs e IFDs para dar o mesmo peso para a mobilização de capital para os ODSs e para uma Transição Justa e para o balanço dos investimentos.

Para garantir que prioridade suficiente seja direcionada para um objetivo de mobilização, esta meta não pode ser vista como inferior ou menos importante do que o balanço dos investimentos. Como tal, pedimos especificamente aos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento do G7 que alterem os objetivos dos BMDs, IFDs e outros bancos e agências de desenvolvimento para que estas duas metas tenham o mesmo peso. Isto implica na estruturação de mecanismos de incentivo que promovam que cada dólar mobilizado receba pelo menos tanto reconhecimento quanto cada dólar investido de sua própria conta.

Fornecer financiamento adicional aos BMDs e IFDs em apoio a seus objetivos de mobilização.

Tornar a mobilização um objetivo de igual peso terá implicações para os modelos de negócios dos BMDs e IFDs. Como tal, pedimos também aos acionistas do G7 que forneçam aos BMDs e IFDs o apoio financeiro necessário para: expandir suas capacidades de *pipeline* de projetos; melhorar suas ferramentas de investimento, incluindo capital a ser usado para instrumentos de mitigação de risco que abordem o risco (real ou percebido) dos investidores institucionais; e fornecer capital concessional onde for necessário para expandir soluções de *blended finance*.

Expandir significativamente o uso de garantias, particularmente em mercados emergentes.

Além disso, pedimos aos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento do G7 que fortaleçam os balanços dos fornecedores de garantias existentes e que financiem novas entidades em escala. Tais etapas podem ser informadas de forma útil pelo histórico estabelecido e pelos modelos existentes de garantidores. Estas novas entidades devem ser domiciliadas em

mercados emergentes e devem abordar desafios específicos (por exemplo, barreiras de risco) limitando o investimento de mais capital institucional, tanto doméstico quanto internacional. Deve ser dada atenção específica à África, onde os fluxos de investimento e os riscos climáticos são baixos e altos, respectivamente.

PARA GESTORES DE ATIVOS

Trazer para o mercado mais produtos para os ODSs e para a Transição Justa com o objetivo de atrair mais capital institucional privado.

Esperamos que os exemplos oferecidos no relatório do Grupo de Trabalho B forneçam uma orientação prática para este objetivo. Também conclamamos aos gestores de ativos que apliquem um compromisso semelhante às suas ambições de reduzir a pegada de carbono de seu portfólio até 2030. Especificamente, pedimos aos gestores de ativos que dobrem os fluxos de capital para causar impacto até 2025 (de uma linha de base de 2021); e depois, mais uma vez, dobrar os fluxos de capital até 2030 (de uma linha de base de 2025). Isso lhes dará a oportunidade de aumentar substancialmente a quantidade de capital que flui para investimentos que buscam soluções alinhadas com os ODSs.

PARA PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS

Comprometer-se a buscar investimentos em mecanismos que comprovadamente integrem objetivos ambientais e sociais.

Chamamos os proprietários de ativos de todos os tipos para apoiar os investimentos que integram os Elementos de Transição Justa, aumentando ao mesmo tempo sua exposição aos mercados emergentes no processo. Especificamente, pedimos a eles que apliquem um compromisso semelhante às suas ambições de reduzir a pegada de carbono do portfólio até 2030, seguindo os parâmetros expressos acima para os gestores de ativos.

Para alcançar estas recomendações gerais, apelamos a todas as partes para que tomem medidas agora. Independentemente de suas respectivas posições de partida, cada ator pode e deve fazer mais para participar das soluções que construirão um mundo mais sustentável e inclusivo para todos. Compromissos e promessas precisam ser traduzidos em ações concretas.

A tabela abaixo fornece um roteiro para ações individuais que, quando tomadas em conjunto, podem proporcionar um futuro inclusivo, resiliente e sustentável para as pessoas e o Planeta.

Figura 3.2

	Recomendações	Público							
		Políticos do C7	Políticos nacionais e reguladores	BMDs e IFDs	Donos de ativos institucionais	Gestores de ativos	Investidores de Impacto	Conselheiros	Organizações estruturantes
Movimento urgente e coordenado	Mover-se juntos de uma vez	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Construir <i>momentum</i>	✓							
Integração social e Ambiental para uma Transição Justa	Reconhecer a necessidade de uma Transição Justa, integrando objetivos sociais e ambientais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Engajamento com e aplicação dos Elementos de Transição Justa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mobilização	Acelerar a mobilização de capital privado para os ODSs	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Demonstrar compromissos para alcançar os ODSs			✓	✓				
	Fortalecer e fomentar um ambiente favorável ao cumprimento dos ODSs	✓	✓						✓
Transparência	Demonstrar investimentos-modelo para uma Transição Justa				✓	✓			✓

4

Próximos passos

A Impact Taskforce (ITF) teve uma atuação ativa de apenas quatro meses. Dentro desse limite de tempo, fizemos escolhas ativas sobre o que priorizar, buscando intencionalmente um escopo estratégico de trabalho. Como explicado, nos concentramos em caminhos a serem seguidos:

- Transformar a qualidade, a transparência e a utilidade das informações sobre o impacto para os tomadores de decisões de investimento
- Mobilizar mais capital institucional em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e uma transição justa. Vamos agora nos engajar com os tomadores de decisão fora da ITF para construir um apoio mais amplo para nossas recomendações.

Nosso principal chamado à ação é para a aceitação dos destinos que sinalizamos e um compromisso com os caminhos de ação que estabelecemos. Em particular, pedimos ao G7, nações convidadas e parceiros que se comprometam a:

- 1 Apoiar uma jornada rumo à contabilidade de impacto obrigatória para empresas e investidores como um destino urgente,** enfatizando que este objetivo deve ser sustentado por maior transparência, padrões globais harmonizados e mecanismos fortes para garantir a integridade dos dados e suas análises.

- 2 Apoiar os esforços do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade da Fundação Internacional para Padrões de Relatoria Financeira (IFRS-ISSB),** incluindo participação das próximas consultas para criar uma "linha de base" global de relatórios de impacto relacionado ao valor da empresa. Também pedimos um "desenvolvimento" urgente sobre esta linha de base para incluir quaisquer impactos sobre as partes interessadas que a linha de base não aborde.

- 3 Validar os Elementos de Transição Justa introduzidos em nosso trabalho, incentivando o desenvolvimento do Projeto para Transição Justa** para demonstrar o que é bom para os investidores institucionais.

- 4 Capacitar BMDs e IFDs a serem mais eficazes na catalisação da mobilização de capital privado.**

Além disso, conscientes de que não fomos capazes de explorar em detalhes suficientes algumas outras áreas de real importância para enquadrar uma resposta mais completa às nossas perguntas iniciais de pesquisa ("Como podemos acelerar o volume e a eficácia do capital privado buscando ter um impacto social e ambiental positivo?", e "Como podemos garantir que esta mobilização tenha um impacto real e não deixe pessoas e lugares para trás?"), recomendamos à próxima Presidência do G7 que trabalhe com o G20 e parceiros para apoiar o trabalho contínuo em várias áreas-chave, especificamente:

- Trabalho adicional para melhor internalizar perspectivas e realidades de economias emergentes e PMEs no processo de desenho e mecanismos para a adoção generalizada de padrões de impacto, engajando-se e apoiando claramente a implementação rápida e completa do IFRS-ISSB e as recomendações da IFT sobre a TCFD. Um impulso adicional virá da incorporação de padrões de divulgação nos relatórios, regulamentos e normas locais de valores mobiliários facilitados pela Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO).
- Expansão da pesquisa sobre transparência, integridade e relatórios de impacto para abranger a contabilidade do setor público, incluindo o impacto nas compras, bem como gastos e atividades mais amplas do governo - por exemplo, através do aumento do financiamento baseado em resultados / comissionamento no setor público. Em particular, vemos uma oportunidade privilegiada para nos concentrarmos na transparência do impacto das despesas de financiamento climático, particularmente na preparação para a COP27 no Egito.
- Analisar com mais profundidade o "desenvolvimento" de nossa proposta "base-e-desenvolvimento" promovendo discussões sobre como incorporar impactos em *stakeholders* mais amplos além daqueles que afetam diretamente o valor da empresa.
- Durante os próximos três anos, continuaremos a ver emergir abordagens inovadoras no meio acadêmico, bem como dos setores público e privado, sobre como valorar o impacto. Ao longo desta jornada, começaremos a ver valores monetários ligados a algumas métricas padronizadas estabelecidas pela ISSB. Portanto, recomendamos que o G7, juntamente com os países convidados e parceiros, se engaje agora em tais iniciativas de colaboração, o que é consistente com nossa recomendação de "base-e-desenvolvimento". Neste contexto, vislumbramos a necessidade de:

- ~ Apoiar iniciativas concretas capazes de alcançar maior transparência de impacto, uma das quais é a implementação da avaliação monetária de impacto por um grupo global de empresas
- ~ Apoiar a criação de um esforço reconhecido internacionalmente para acelerar o trabalho na avaliação de impacto de forma mais geral, complementando assim a missão da nova ISSB
- Apoio ao desenvolvimento de planos de investimento para a Transição Justa em economias emergentes específicas, onde a transição bem-sucedida proporcionará reduções significativas de carbono, mas com riscos sociais e econômicos significativos associados. A África do Sul, Índia e Indonésia seriam prioridades óbvias. Dada a parceria de 8,5 bilhões de dólares da Just Energy Transition, anunciada na COP26, a África do Sul poderia ser o lugar lógico para começar desenvolvendo um projeto que poderia ser demonstrado na COP27 no Egito e adotado em outros lugares.
- Aproveitar as contribuições do Grupo de Trabalho B para aprofundar a pesquisa, análise e recomendações sobre as implicações da igualdade de gênero para a Transição Justa, reconhecendo que as mulheres são e continuarão a ser desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas.
- Desenvolver um novo modelo de colaboração efetiva entre governos a nível de país e setorial, o sistema financeiro multilateral e de desenvolvimento, e o capital privado (nacional e internacional). Isto é necessário para construir confiança, para compreender as prioridades de investimento e para trabalhar através das principais barreiras à alocação de capital e à redução do custo do capital. Idealmente, isto deve levar a um pacto que estabeleça compromissos dentro estrutura de responsabilização. Tal modelo será importante para ajudar o compromisso feito na COP26 por instituições financeiras por meio da Aliança Financeira de Glasgow para o Net Zero (GFANZ) de 130 trilhões de dólares a ser algo relevante e confiável para as economias emergentes.
- Exploração contínua de oportunidades específicas para aumentar a mobilização de capital para financiar os ODSs e uma Transição Justa através da exploração do papel dos mercados públicos de *equity* e dívida. Um exemplo específico seria uma colaboração entre doadores e organizações multilaterais para desenvolver a capacidade dos mercados africanos de emitir títulos verdes em linha com padrões apropriados e aumentar a participação regional da emissão acumulada de níveis históricos de menos de 1% dos volumes globais entre 2012 e 2019.
- Incentivar o desenvolvimento de mecanismos de investimento em infraestrutura sustentável de grande escala nos mercados emergentes, capazes de proporcionar aos investidores institucionais e aos fundos soberanos rendimentos estáveis e de longo prazo. Isto exigirá uma colaboração criativa entre redes de investidores, fornecedores de instrumentos acessíveis de *de-risking* e governos que apoiem um *pipeline* de oportunidades de investimento. O G7 e os países convidados, trabalhando com o G20, estão bem-posicionados para fomentar esta colaboração criativa com vistas à preparação do mercado para a COP27.
- Incentivar o G7 a continuar a apoiar o desenvolvimento de estruturas políticas que ajudem a proporcionar clareza em torno do tema "Investimento Sustentável" como um conceito (que atualmente tem em jogo uma ampla gama de perspectivas, objetivos e motivações dos investidores finais). Isto poderia ser alcançado através de uma classificação inequívoca dos nomes dos produtos de investimento. Está se tornando cada vez mais evidente que tanto investidores quanto gestores de ativos se beneficiariam de padrões que definem claramente os segmentos deste mercado. No entanto, uma abordagem comum permanece indefinida. Reconhecemos o desafio na construção de tais estruturas: elas precisam ser definidas com clareza suficiente para ajudar os investidores na tomada de decisões ao mesmo tempo em que introduz barreiras críveis para criar confiança e evitar *greenwash*. Ao mesmo tempo, eles devem ser flexíveis o suficiente para garantir que uma ampla variedade de abordagens de investimento possa se encaixar na estrutura para atender à diversidade da motivação do investidor em comprometer capital para investimentos sustentáveis.

Os compromissos foram feitos. Chegou a hora de entregar. Hoje é nossa última chance de assegurar o financiamento para alcançar uma transição para um futuro equitativo e sustentável. Reconhecemos que a mudança é difícil, e que a mudança radical é ainda mais difícil. Sem dúvida, algumas pessoas se sentirão desconfortáveis com o ritmo de mudança que estamos propondo. Mas nossas recomendações não saem do nada. Elas se baseiam na tendência existente - incluindo o impulso e o compromisso de mais de 120 membros de alto nível e *stakeholders* nesta Força-Tarefa de Impacto global.

As principais instituições financeiras já estão acompanhando a tendência - em termos de riscos a gerenciar e de oportunidades a aproveitar. Entretanto, o tempo está se esgotando e precisamos que os governos, os reguladores, os certificadores e os investidores de todas as faixas saiam de suas zonas de conforto com urgência para ajudar a superar a inércia de nosso sistema. Os mercados financeiros são uma das mais poderosas alavancas sistêmicas de mudança que temos, e a poupança e a riqueza combinada do mundo pode ser uma força extraordinária para o bem na geração de um impacto social e ambiental mais positivo, juntamente com retornos aceitáveis ajustados ao risco. Com os incentivos, estruturas e liderança adequados, estamos confiantes de que podemos acelerar drasticamente a escala e a eficácia do capital privado que flui para onde ele pode fazer o bem. Quanto antes fizermos isso acontecer, melhor...para todos os nossos futuros.

Agradecimentos

Somos gratos aos membros do Comitê Diretor da ITF por suas inestimáveis contribuições para a preparação deste relatório.

PRESIDÊNCIA DA ITF

- **O Exmo. Nick Hurd**, Presidente, Access Foundation; Presidente, i(x) investments

PRESIDÊNCIA DOS GRUPOS DE TRABALHO

- **Douglas L. Peterson**, Presidente e CEO, S&P Global
- **D. Elizabeth Corley**, Presidente, Impact Investing Institute

ESPECIALISTAS

- **Cilia Holmes Indahl**, Líder, EQT Foundation
- **Clara Barby**, Diretora Executiva, Impact Management Project
- **Dolika Banda**, Diretora não-Executiva, Harith Infrastructure Investment e Embaixadora Global, GSG
- **Robert Herz**, Presidente, Robert H. Herz LLC
- **Sir Ronald Cohen**, Presidente, Global Steering Group for Impact Investment

MEMBROS

- **Akira Sugano**, Presidente e CEO, Asset Management One
- **Anand Mahindra**, Presidente, Mahindra Group
- **Andrew Kuper**, Fundador e CEO, Leapfrog Investments
- **Cherie Nursalim**, Vice-presidente, GITI Group
- **Cliff Prior**, CEO, The Global Steering Group for Impact Investment (GSG)
- **Elias Masilela**, Presidente Executivo, DNA Economics
- **Emmanuel Faber**, Ex-CEO, Danone, Sócio, Astanor Ventures
- **Francesco Starace**, CEO e Gerente Geral, Enel
- **Ibukun Awosika**, Fundador e CEO, The Chair Centre Group

- **Katherine Stodulka**, Diretora, Blended Finance Taskforce, SYSTEMIQ
- **Laurie Spengler**, Fundadora e CEO, Courageous Capital Advisors, LLC
- **Maria Emilia Correa**, Co-Fundadora, Sistema B
- **Michael Traill**, Diretor Executivo, For Purpose Investment Partners
- **Michele Giddens**, Sócia e Cofundadora, Bridges Fund Management
- **Monique Leroux**, Conselheira Sênior, Fiera Capital Corporation
- **Myung-soo Kang**, Presidente, Korean Standards Association
- **Roger Ferguson**, Ex-presidente e CEO, TIAA
- **Sandra Boss**, Líder global de administração de investimento, Blackrock
- **Saori Dubourg**, Membro do Conselho Executivo de Diretores, BASF SE
- **Shivani Siroya**, CEO, Tala

OBSERVADORES DO COMITÊ DIRETOR

- **Alexandre Meira da Rosa**, CSO, IDB Invest
- **Fabio Natalucci**, Diretor Representante, Departamento de Mercado de Capitais e Monetário, IMF
- **Jingdong Hua**, Vice-Presidente e Tesoureiro, Banco Mundial
- **Nick o'Donohoe**, CEO, CDC Group
- **Odile Renaud-Basso**, Presidente, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
- **Rachel Turner**, Diretora de Desenvolvimento Econômico, Commonwealth & Development Office (FCDO)
- **Romina Boarini**, Diretora, Centro de Bem-estar, Inclusão, Sustentabilidade e Equidade de Oportunidades (WISE) da OCDE
- **Solomon Quaynor**, Vice-Presidente, Setor Privado, Infraestrutura e Industrialização, Banco de Desenvolvimento Africano

Usha Rao Monari, Subsecretária Geral e Administradora Associada, PNUD

Abreviações e acrônimos

AUM	Assets under management (Ativos sob gestão)	ISSB	International Sustainability Standards Board (Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade)
B3W	The Build Back Better World Initiative (Iniciativa para Construir um Mundo Melhor)	OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento	ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
COP26	Conference of the Parties (Conferência das Partes das Nações Unidas para o Clima) 26ª edição, 2021	PME	Pequena e média empresa
ESG	Environmental, social and governance (Ambiental, social e governança)	PRI	Principles for Responsible Investment (Princípios para Investimentos Responsáveis)
GFANZ	Glasgow Financial Alliance for Net Zero (Aliança Financeira de Glasgow para Net Zero)	SIIT	Social Impact Investment Taskforce (Força-Tarefa de Investimento Social)
GIIN	Global Impact Investing Network (Rede Global de Investimento de Impacto)	TCFD	Taskforce on Climate-related Financial Disclosures (Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados às Mudanças Climáticas)
GSG	The Global Steering Group for Impact Investment (Grupo Diretor Global para Investimento de Impacto)	TNFD	Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (Força-tarefa para Reportes Financeiros relacionados à Natureza)
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento	UE	União Europeia
IFRS	Foundation International Financial Reporting Standards Foundation (Fundação Internacional para Padrões de Relatoria Financeira)		
III	Impact Investing Institute (Instituto de Investimento de Impacto)		
IMF	International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional - FMI)		
IMP	Impact Management Project (Projeto de Gestão de Impacto)		
IOSCO	International Organization of Securities Commissions (Organização Internacional das Comissões de Valores Imobiliários)		

Definições-chave

Abordagem “base-e-desenvolvimento”

O conceito de **base** eleva o limiar internacional de normas de relatórios sociais e ambientais que se relacionam com o valor da empresa como "linha de base". O **desenvolvimento** incentiva os países a "desenvolverem" urgentemente sobre a linha de base para abranger os impactos em todas as partes interessadas, em paralelo com sua jurisdição, conforme apropriado.

Contabilidade

Contabilidade refere-se a como as entidades registram, organizam e entendem as informações, incluindo os reportes. A contabilidade de impacto refere-se a este mesmo processo que se aplica às informações sobre como os produtos, serviços e práticas afetam as pessoas e o Planeta.

Critérios ambientais, sociais e de governança (ESG)

Os critérios da ESG são um conjunto de padrões que um investidor consciente utiliza para selecionar investimentos potenciais. Os critérios ambientais consideram o impacto sobre a natureza, o clima e a conservação do mundo natural. Os critérios sociais compreendem a consideração das pessoas e dos relacionamentos. Os critérios de governança referem-se aos padrões de administração de uma empresa. (*Instituto CFA*)

Dever fiduciário

O dever fiduciário refere-se ao dever legal de um fiduciário (ou outro) de agir no melhor interesse financeiro de seus beneficiários. (*Impact Investing Institute*)

Economia de Impacto

O modelo de economia de impacto procura equilibrar as causas sociais e ambientais com o lucro. Este modelo elimina a ênfase em um crescimento econômico puramente estimulante. Este modelo é pensado para estar em melhor posição de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável identificados pelas Nações Unidas. (*Bruegel*)

Harmonização

A harmonização é o processo pelo qual padrões relacionados são alinhados uns com os outros. É visto como um mecanismo altamente eficaz para obter informações comparáveis, consistentes e confiáveis, e representa um passo necessário para ajudar a construir confiança e atrair fluxos crescentes de capital privado em direção a uma transição justa. (*Ernst & Young*)

Impacto

A mudança no resultado (positivo ou negativo) causada por uma organização, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, intencional ou não intencional. (*Impact Management Project*)

Investimento de Impacto

Investimentos de impacto são investimentos feitos com a intenção de gerar um impacto social e ambiental positivo e mensurável, juntamente com um retorno financeiro. A intencionalidade de buscar o impacto social e ambiental o distingue dos investimentos responsáveis e sustentáveis, já que estes últimos tipos de investimento se concentram mais simplesmente em evitar externalidades negativas ou se estabelecem com critérios ESG de alto nível. (*GIIN*)

Investimento Responsável

O investimento responsável reconhece explicitamente a relevância dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) para informar as decisões de investimento. O investimento responsável procura evitar investimentos que entrem em conflito com as diretrizes éticas do investidor. Isto utiliza um processo de "triagem negativa". (*Impact Investing Institute*)

Investimento Sustentável

O investimento sustentável reconhece explicitamente a relevância dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) para informar as decisões de investimento. Ao contrário do investimento responsável, que utiliza uma triagem negativa, o investimento sustentável busca investimentos que tenham boa pontuação nos critérios ESG, ao mesmo tempo em que geram retornos financeiros competitivos de longo prazo e impacto social positivo. (*Fórum para Investimento Sustentável e Responsável*)

Integridade

A integridade se refere à precisão geral, integralidade, verificabilidade e consistência dos dados. (*Ernst & Young*)

Net Zero

Net Zero (zero líquido) refere-se a alcançar um equilíbrio geral entre as emissões produzidas e as emissões retiradas da atmosfera. Em contraste com uma meta bruta zero, que reduziria as emissões de todas as fontes uniformemente a zero, uma meta de emissões Net Zero é mais realista porque permite algumas emissões residuais. (*LSE Grantham Research Institute*)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODSs)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas formam o coração da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, adotada por todos os Estados Membros das Nações Unidas em 2015. Os ODS fornecem um plano compartilhado de paz e prosperidade para as pessoas e para o planeta, agora e no futuro. Eles também representam um apelo urgente para a ação de todos os países - desenvolvidos e em desenvolvimento – em uma parceria global. Inerente a eles está o reconhecimento de que o fim da pobreza e de outras privações deve ser acompanhado de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico - tudo isso enquanto enfrentamos a mudança climática e trabalhamos para preservar nossos oceanos e florestas. (ONU)

Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

As pequenas e médias empresas (PMEs) consistem em uma gama de empresas de vários tamanhos (que podem ser definidas pelo número de funcionários, capital de giro e/ou receita anual). De acordo com o Banco Mundial, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) são definidas da seguinte forma: micro: 1-9 funcionários; pequenos: 10-49 funcionários; e médios: 50-249 funcionários. (World Bank)

Relatoria

Relatoria refere-se ao processo e à metodologia de fornecer informações abrangentes, verificadas e comparáveis através de divulgação oportuna (IOSCO)

Reporte

Reporte é o conceito que conecta a empresa a suas partes interessadas. Ele se refere à comunicação que uma organização emite para demonstrar aos acionistas e potenciais investidores suas capacidades, oportunidades e desempenho. As estruturas de reporte criam princípios orientadores e elementos de conteúdo para um relatório, e os conceitos fundamentais que os sustentam, incluindo técnicas de avaliação.

Transição Justa

Embora não haja uma definição universalmente aceita, uma descrição antecipada feita pela OIT afirma que: "Uma transição justa para todos rumo a uma economia ambientalmente sustentável precisa ser bem gerenciada e contribuir para os objetivos de trabalho decente para todos, inclusão social e erradicação da pobreza. Deixar a economia mais 'verde' aumentará nossa capacidade de administrar os recursos naturais de forma sustentável, aumentar a eficiência energética e reduzir o desperdício, ao mesmo tempo em que se trata de combater as desigualdades e aumentar a resiliência". O conceito de Transição Justa é usado para entender melhor quem será afetado pela ação climática e onde os efeitos das mudanças sistêmicas relacionadas serão sentidos. É vital distribuir os benefícios da ação climática Net Zero de uma maneira justa. (OECD, OIT)

Transparência

A transparência se refere ao princípio de criar um ambiente onde as informações sobre as condições, decisões e ações existentes são tornadas acessíveis, visíveis e compreensíveis para todos.

Valoração de impacto

A valoração de impacto permite uma comparação significativa dos impactos e lucros das empresas, ao mesmo tempo em que revela a relação entre os dois. Há três maneiras de estimar o valor relativo de um impacto para as partes interessadas:

- Valoração monetária (por exemplo, o valor monetário estimado para uma parte interessada de um benefício que ela experencia, ou dano ou perda que ela evita ou experencia)
- Valoração quantitativa não-monetária (por exemplo, avaliações em uma escala de 1 a 10)
- Valoração qualitativa (por exemplo, baixa/média/alta)

